

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**MIRELA PESSINA PRESTES**

**PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL E O PROGRAMA BOLSA  
FAMÍLIA NO CRAS**

**SÃO BORJA  
2015**

**MIRELA PESSINA PRESTES**

**PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL E O PROGRAMA BOLSA  
FAMÍLIA NO CRAS**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Serviço Social  
da Universidade Federal do Pampa, como  
requisito parcial para obtenção do Título  
de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Edison Ademir Padilha  
Ouriques.

**SÃO BORJA  
2015**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos  
Pela autora através do Módulo de Biblioteca do  
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

A481o Prestes, Mirela Pessina

Processo de Trabalho do Serviço Social e o Programa Bolsa Família no CRAS.

90p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Pampa,  
Bacharelado em Serviço Social, 2014.

"Orientação: Edison Ademir Padilha Ouriques".

1. Introdução. 2. O Percuro da Assistência Social na busca de sua  
implantação. 3. Programa Bolsa Família: Caracterização, Impactos e Desafios. 4.  
Metodologia. 5. Conhecendo o Processo de Trabalho do Serviço Social: discutindo  
realidades e possibilidades.

**MIRELA PESSINA PRESTES**

**PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL E O PROGRAMA BOLSA  
FAMÍLIA NO CRAS**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Serviço Social  
da Universidade Federal do Pampa, como  
requisito parcial para obtenção do Título  
de Bacharel em Serviço Social.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 30 de Janeiro de 2015.

Banca examinadora:

---

Prof. Edison Ademir Padilha Ouriques - Orientador  
Universidade Federal do Pampa- Unipampa

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Simone Barros de Oliveira  
Universidade Federal do Pampa - Unipampa

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elisângela Maia Pessoa  
Universidade Federal do Pampa- Unipampa

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por tudo que me tem dado. Dedico a Ele toda honra e glória, pois antes de se tornar um sonho para mim, nasceu em seu coração, com Ele eu cheguei até aqui, sem Ele eu não sou nada, mas com Ele eu vou além do que eu posso imaginar.

Ao meu esposo Anderson Bastos pelo amor e apoio e por não medir esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida e por acrescentar beleza aos meus dias.

A minha família, pela compreensão, carinho e amizade. Me faltam palavras para descrever o tamanho do meu amor por eles.

Aos amigos pelo incentivo e apoio constantes.

Aos professores do curso que acompanharam e participaram da minha trajetória acadêmica e no desenvolvimento desta monografia.

Ao professor orientador, Edison Ademir Padilha Ouriques pelo conhecimento e paciência que tornaram possível a conclusão desta monografia.

A Banca de Qualificação, composta pela professora Dr.<sup>a</sup> Simone Barros de Oliveira e a professora Dr.<sup>a</sup> Elisângela Maia Pessoa que contribuíram de maneira especial com suas proposições e conhecimentos.

O que ninguém nunca viu nem ouviu, e o que jamais alguém pensou que podia acontecer, foi isso o que Deus preparou para aqueles que o amam.

**1° Coríntios 2-9**

## RESUMO

Este Trabalho Final de Graduação trata-se de uma Pesquisa Bibliográfica Documental e tem como objetivo apresentar uma discussão acerca da importância do acompanhamento dos usuários do Programa Bolsa Família (PBF) no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) centro do município de São Borja – RS. Neste caso será preciso apresentar o percurso histórico da Assistência Social, pois é fundamental obter a compreensão da referida Política Social. Em seguida serão abordados aspectos sobre consolidação da Assistência Social, por meio da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Norma Operacional Básica e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e suas deliberações. O trabalho propõe apresentar a evolução, as fragilidades, os limites e as condicionalidades dos Programas de Transferência de Renda, em especial do Programa Bolsa Família (PBF), fruto da unificação de outros Programas como o Auxílio Gás, Bolsa Alimentação e Bolsa Escola. Buscou-se com este estudo enfatizar a importância de um acompanhamento por parte dos profissionais do Serviço Social que vá além da operacionalização da política, bem como um acompanhamento propositivo e crítico, aos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), na perspectiva de conduzir suas atenções para as vulnerabilidades e demandas das famílias atendidas, com o intuito de identificá-las e assim contribuir com a emancipação dos sujeitos.

**Palavras-Chave:** Assistência Social, Programa Bolsa Família, Serviço Social, Acompanhamento.

## **ABSTRACT**

This Work Graduate Final this is a Document Library Research and its adjective present a discussion about the importance of monitoring users of the Bolsa Família Program (BFP) in the Reference Center for Social Assistance (CRAS) center in São Borja - RS. In this case you will need to present the historical background of social assistance, it is essential to achieve the understanding of that social policy. Next will be addressed aspects of consolidation of Social Welfare, through the Organic Law of Social Assistance (LOAS), National Social Assistance Policy (PNAS), Basic Operational Norm and the Single Social Assistance System (ITS) and its deliberations. The paper proposes to present the evolution, weaknesses, limitations and conditionalities of the Cash Transfer Programs, especially the Bolsa Família Program (BFP), result of the unification of other programs such as Assisted Gas, Food Grant and Scholarship. Sought with this study emphasize the importance of monitoring by professional social work that goes beyond policy formulation and implementation, as well as a propositional and critical monitoring, the beneficiaries of the Bolsa Família Program (BFP) with a view to conducting its attention to the vulnerabilities and needs of the families, in order to identify them and so contribute to the emancipation of the subjects.

**Keywords:** Welfare, Family Grant Program, Social Services, Monitoring.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BPC – Benefício de Prestação Continuada  
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social  
EJA – Educação de Jovens e Adultos  
ESF – Estratégia Saúde da Família  
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio  
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social  
LBA – Lei Brasileira de Assistência  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social  
NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social  
ONGs – Organizações Não-governamentais  
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos  
PAIF – Programa de Atenção Integral à Família  
PBF – Programa Bolsa Família  
PEP – Projeto Ético Político  
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil  
PGRM – Programa de Garantia de Renda Mínima  
PNAS – Política Nacional de Assistência Social  
PRN – Partido da Restauração Nacional  
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego  
PSB – Programa de Proteção Básica  
PSE – Proteção Social Especial  
PT – Partido dos Trabalhadores  
RS – Rio Grande do Sul  
SUAS – Sistema Único de Assistência Social  
SUS – Sistema Único de Saúde  
TCC – Trabalho de conclusão de Curso

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2 O PERCURSO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA BUSCA DE SUA IMPLANTAÇÃO.....</b>	<b>14</b>
2.1 Um Breve Histórico da Assistência Social.....	14
2.2 Em Busca da Consolidação da Assistência Social.....	16
2.3 Lei Orgânica de Assistência Social.....	19
2.4 A Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social.....	22
<b>3 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: CARACTERIZAÇÃO, IMPACTOS E DESAFIOS.....</b>	<b>30</b>
3.1 Unificação dos Programas e o Programa Bolsa Família.....	34
3.2 Desafios para a Implementação do Programa Bolsa Família na Ótica do direito.....	36
3.3 Impactos e Fragilidades do Programa Bolsa Família.....	41
<b>4 METODOLOGIA.....</b>	<b>45</b>
<b>5 CONHECENDO O PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL: DISCUTINDO REALIDADES E POSSIBILIDADES.....</b>	<b>50</b>
5.1 Síntese dos Resultados: O Serviço Social na Condução do Programa Bolsa Família.....	61
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>75</b>
<b>7 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>77</b>
<b>8 APÊNDICES.....</b>	<b>81</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho nasce como fruto de um acúmulo de reflexões e inquietações que foram surgindo durante o desenvolvimento do Estágio Supervisionado I e II, sobre as ações relacionadas à prática profissional do Serviço Social na condução de Programas Sócio-assistenciais bem como o acompanhamento dos usuários do Programa Bolsa Família do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Centro do município de São Borja-RS.

O estudo parte da experiência obtida no decorrer do processo de Estágio I e II e trata-se, portanto, de uma pesquisa que deverá ser construída por meio de análise da bibliografia existente sobre o Programa Bolsa Família (PBF), livros, artigos, cartilhas, bem como em documentos produzidos durante o processo de estágio como a análise institucional, plano de estágio, diário de campo e relatórios.

O PBF é um Programa Federal de transferência de renda, voltado para famílias que vivem em situação de pobreza e que possuem renda mensal de R\$ 77,00 até R\$ 154,00, ou famílias que estão em situação de extrema pobreza com renda mínima mensal de até R\$ 77,00 por pessoa (WEISSHEIMER, 2010).

Dessa maneira, o Programa oferece benefícios baseados no perfil da família registrada no Cadastro Único. Para isso, os quesitos avaliados são a renda mensal por pessoa, o número de integrantes, o total de crianças e adolescentes de até 17 anos e gestantes, ou seja, o Benefício Básico de R\$ 77,00 para famílias com renda mensal de até R\$ 77,00 em situação de extrema pobreza, o Benefício Variável no valor de R\$ 35,00 para famílias compostas por crianças e adolescentes entre 0 a 15 anos, o Benefício Variável para Gestante no valor de R\$ 35,00, o Benefício Variável Nutriz no valor de R\$ 35,00, o Benefício Vinculado ao Adolescente entre 16 a 17 anos, limitado a dois benefícios por família e o Benefício para a Superação da Extrema Pobreza, calculado caso a caso (BRASIL, MDS, 2010 a).

Os beneficiários inseridos no PBF deverão cumprir com as condicionalidades e contrapartidas impostas pelo Governo Federal, caso não cumpram serão excluídas do Programa. É importante pontuar as condicionalidades que o Programa estabelece são: apresentar o desempenho e a frequência escolar da criança, comparecer regularmente aos serviços de saúde, participar de ações de educação alimentar e acompanhar o estado nutricional dos filhos (COBO, 2012).

O objetivo do Programa é que em algum momento os beneficiários se desvinculem do Programa Bolsa Família tornando-se independentes, com ações que possibilite a emancipação de cada família beneficiada e que as mesmas sejam livres da situação de pobreza e miséria a que estão submetidas.

Nessa direção, notam-se poucas propostas que possam dar efetividade e subsídios a estes objetivos, embora se compreenda que o desemprego seja um problema estrutural que tem atingido diversas classes sociais. Percebe-se que há poucas ações em relação à promoção e geração de trabalho e renda para as famílias beneficiadas que viabilizem ações consistentes que permita desenvolver a autonomia dos usuários como cidadãos de direito e lhes proporcione condições para que superem a condição a que estão submetidos.

Isso se torna necessário para que os sujeitos possam se emancipar economicamente e não sejam mais dependentes do programa, pois o nível de impactos sobre os beneficiários do PBF é delimitado em relação a mudanças nas condições de vida dos usuários porque o atendimento é referente a demandas imediatas.

Nesse contexto, buscou-se com este trabalho final de graduação enfatizar a importância do acompanhamento dos beneficiários do PBF no município de São Borja-RS por parte dos profissionais do Serviço Social, na perspectiva de conduzir suas atenções para as vulnerabilidades e demandas das famílias atendidas. Sendo assim, cria-se a oportunidade de repensar as maneiras como vêm sendo conduzidos, e se este modo é capaz de proporcionar melhores condições de vida a seus usuários.

O trabalho realizado pelos profissionais do Serviço Social, voltado para os usuários, deve partir da perspectiva de que o sujeito é um cidadão de direito, porém para que os direitos sejam garantidos é necessário realizar movimentos de segmentos de classe social e coletiva. Para isso é necessário construir novos parâmetros, viabilizar condições sociais e políticas aos usuários para que se reconheçam como parte da sociedade e seu lugar nela, com o intuito de reverter o padrão hegemônico construído (COUTO, et al., 2011).

O profissional do Serviço Social que deseja a transformação social precisa conhecer as fragilidades da Política e dos Programas Sociais com o intuito de qualificar os serviços prestados aos beneficiários, desvendar e conhecer a realidade do sujeito por meio da visita domiciliar, entrevista, escuta sensível e reflexiva.

Além disso, realizar novos encaminhamentos, informar os usuários sobre seus direitos e políticas sociais, perceber novas demandas, planejar suas intervenções semanalmente, viabilizar a emancipação humana que permitam novos patamares de sociabilidade e potencializar respostas profissionais através de técnicas e estratégias, bem como o acompanhamento dos beneficiários do PBF como atividade necessária e possível para alcançar os objetivos propostos no cotidiano de trabalho do profissional.

Os usuários referidos nesse estudo foram às famílias que estão inseridas no programa em questão e atualmente frequentam o grupo de mulheres do CRAS Centro, no município de São Borja-RS. A seguir, apresenta-se no primeiro capítulo a construção do conhecimento da temática proposta, um aprofundamento e reflexão acerca do percurso histórico da Política de Assistência Social, desde os primórdios da instalação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e aspectos relevantes sobre a consolidação dessa política pública.

No segundo capítulo será abordado o embasamento teórico sobre o Programa Bolsa Família, expressando a caracterização, impactos, fragilidades, desafio e condicionalidades do Programa. No terceiro capítulo apresenta-se a metodologia utilizada na construção e desenvolvimento desse trabalho. Apresentando o método dialético-crítico e as principais categorias historicidade, totalidade e contradição. No quarto capítulo apresenta-se uma breve retrospectiva do Processo de Trabalho do Serviço Social, de modo particular os desafios do profissional, as competências teórico-metodológica, Ético-política e Técnico-operativa. Além disso, apresenta-se uma síntese, contendo as problematizações acerca das experiências vivenciadas durante o percurso de Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II.

Ao final traz as Considerações Finais, contendo contribuições e apontamentos de acordo com os autores e dados apresentados, visando contribuir de maneira positiva com os profissionais de Serviço Social, o Programa Bolsa Família e seus beneficiários. Em seguida os apêndices apresentando os instrumentos utilizados no presente estudo, com o intuito de dar maior visibilidade ao material utilizado e elaborado na pesquisa.

## **2 O PERCURSO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA BUSCA DE SUA IMPLANTAÇÃO**

O tema apresentado neste capítulo tem como foco principal contextualizar a história da Política de Assistência Social, percorrendo desde os primórdios da instalação da LOAS, sendo um dos pilares da Assistência Social, juntamente com a Constituição Federal de 1988. Nesse sentido serão apresentados aspectos relevantes sobre a consolidação dessa política pública. Posteriormente serão apresentados aspectos sobre a nova Política de Assistência Social (PNAS), aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) em 2004, a Norma Operacional Básica e logo em seguida o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e suas deliberações.

### **2.1 Um Breve Histórico da Assistência Social**

Em um primeiro momento, o objetivo desta seção é traçar um resumo da história da Política de Assistência Social que em sua gênese, possuía um caráter assistencialista, quando a responsabilidade de cuidar dos pobres era da família e/ou da igreja. Não havia ações de prevenção nem intervenção do Estado. A pobreza era vista como um mal natural e quem promovesse a caridade seria contemplado com a vida eterna. Desse modo durante a idade média a igreja administrou a caridade, ou seja, as organizações religiosas eram dedicadas especialmente à assistência e os governos se responsabilizavam pela proteção de território (COUTO, 2004).

Neste percurso os homens vão em direção aos centros urbanos, tempo em que a reforma protestante rompe com o poder total da igreja católica. Sendo assim a pobreza passa a ser um fenômeno social normal, porém sem necessidade de prevenção. O dever de ajudar os pobres é de incumbência da sociedade, as senhoras e senhores deveriam oferecer esmolas, fazer visitas domiciliares com o propósito de oferecer alimentos para os necessitados. Nesse sentido vale salientar que as prostitutas, as mães solteiras e os alcoólatras eram considerados criminosos, portanto deveriam ser punidos por isso (COUTO, 2004).

Para melhor compreensão é oportuno pontuar que, na realidade brasileira da época, as condições de trabalho neste período eram precárias, os trabalhadores operários deveriam estar disponíveis para as empresas, cumprindo dezesseis horas por dia de trabalho, as crianças e as mulheres viviam submentidas ao mesmo ritmo

de trabalho, as famílias trabalhavam somente para subsistência e manterem-se vivos. Sendo assim, a educação, a saúde, a vida cotidiana ficavam por conta da caridade e a filantropia (ESTEVÃO, 2006).

Nesse contexto deu início aos movimentos sociais com o “objetivo de defender o único patrimônio desta população: sua vida” (ESTEVÃO, 2006, p.44). Posteriormente surgiram os Sindicatos e as Sociedades de Resistência que inicialmente lutaram pelo poder aquisitivo e posteriormente pela publicação de uma legislação trabalhista que pudesse controlar a exploração, porém o Estado teve poucas iniciativas, propondo apenas algumas leis e decretos, mas que não daria uma vida digna aos trabalhadores (ESTEVÃO, 2006).

Diante disso, sabe-se que uma das respostas do governo, diante da greve dos trabalhadores foi a repressão policial que mesmo com a autonomia para prender e bater, não obteve sucesso, de forma que não foi possível bloquear o movimento que conseqüentemente possibilitou a Lei das Férias por quinze dias e o código para menores regulamentando a jornada de trabalho das crianças (ESTEVÃO, 2006).

Nessa conjuntura, após algumas conquistas dos trabalhadores, as empresas começam a viabilizar caixas de auxílio para as comunidades e escolas, disponibilizando assistência médica, mesmo que de forma fragilizada e precária. Dessa forma com a união dos empresários e a igreja católica assumem a responsabilidade com os trabalhadores “dentro de uma perspectiva de assistência preventiva e do apostolado social” (ESTEVÃO, 2006, p.46).

Sendo assim, após o desenvolvimento das Ligas das Senhoras Católicas e da Associação das Senhoras possibilitou-se a ampliação de ações sociais e conseqüentemente as primeiras escolas do Serviço Social. Porém uma formação técnica voltada “para o laicato, foi um pulo, pois a eficiência e a eficácia destes movimentos frente à questão social era incontestável” (ESTEVÃO, 2006,p. 47).

Dessa forma a Questão Social se torna uma questão de política e menos de polícia. Dessa maneira os Assistentes Sociais neste período deveriam prevenir a desorganização, prestar assistência material, evitar a decadência das famílias proletárias, fazer abrigos provisórios, curso de formação moral, fazer encaminhamentos entre outras (ESTEVÃO, 2006).

## 2.2 Em Busca da Consolidação da Assistência Social no Brasil

Por muito tempo a Assistência Social no Brasil ficou relegada a um segundo plano. Ela só alcança seu nascimento na Constituição Federal de 1988, que conseqüentemente vai rejeitar o conceito de uma população carente, entendendo que suas necessidades advêm da estrutura, ou seja, da maneira como a sociedade se organiza e não do caráter social. Sendo assim, dentre várias iniciativas, Projetos de Lei, Movimentos pela Regulamentação pela Assistência Social e Conferências foram fundamentais para o avanço dos processos constituintes da Lei Orgânica de Assistência Social<sup>1</sup> (SPOSATI, 2011).

É oportuno destacar os anos de 1980 e 1990, pois, foram momentos importantes para o país, possibilitando a evolução de um novo cenário econômico, político e social para o Brasil. Desenvolvendo a ampliação da cidadania, mudança de governos militares para governos civis e a organização jurídica e política. Porém se instalou no país nos finais dos anos de 1980 e início de 1990, um regime de contradições do campo econômico, havendo grande retrocesso, “onde ocorreram várias tentativas de minimizar os processos inflacionários e buscar a retomada do crescimento, tendo como eixo os princípios da macroeconomia expressa na centralidade da matriz econômica em detrimento do social” (COUTO, 2008, p.139).

A este respeito Fagnani (1999:167) apud Couto (2008, p. 140) argumenta:

O paradoxo do período em análise é que esses impulsos no sentido da formulação e implantação de políticas sociais nacionais universais e operadas de forma descentralizadas foram sistematicamente minadas pela política macroeconômica (FAGNANI 1999:167 apud COUTO, 2008, p. 140).

É importante colocar que o período pós-constituição ficou marcado na história do país, pois foram vinte e oito anos sem que o povo pudesse votar democraticamente. Vale lembrar que grande parte da população almejava votar na época para Presidente da República pela primeira vez, já que a última aconteceu em 1961, porém as eleições só aconteceram em 1989, onde os candidatos de maior relevância eram o Fernando Collor de Mello, pelo hoje extinto Partido da Restauração Nacional (PRN), e o Luiz Inácio Lula da Silva, candidato pelo Partido

---

<sup>1</sup> Os artigos serão vistos mais a frente, primeiro a legislação de 1993 porque é uma perspectiva histórica e o pontapé inicial.

dos Trabalhadores - PT, (SPOSATI, 2011). Seguindo esta lógica de pensamento, Couto (2008, p.141) diz que:

A década de 1980 inaugurou um novo patamar na relação Estado e sociedade. Foi marcada pela transição dos governos militares à constituição de democracia. Emanada dos princípios de democracia, ocorreu a primeira eleição, em 1985, para presidente da República pós- governos militares (COUTO, 2008, p. 141).

Acredita-se que a eleição foi consequente de uma movimentação da sociedade, por várias entidades de classe, organizações não governamentais, partidos políticos entre outros (COUTO, 2008).

Para tanto se deve compreender que foram muitas lutas para que se instalasse no país um “sistema de proteção social assentado na seguridade social e na garantia de atendimento das demandas da população na ótica dos direitos” (COUTO, 2008, p.153).

No que tange ao sistema de proteção social e as políticas públicas constituídas em 1985, encontram-se falhas e fragilidades, pois o governo tinha a tendência de desfazer o sistema e os direitos garantidos pela constituição (COUTO, 2008).

É nessa conjuntura que as possibilidades de mudanças nesse quadro surgem no Brasil a partir dos anos 1980, num contexto de uma crise social e de luta pela democratização, que vai propiciar um novo cenário e a ressignificação para a Assistência Social. O grande marco foi a Constituição Federal de 1988, pois permite definir instrumentos de participação da sociedade civil no controle da gestão das Políticas Públicas, mudança que constitui uma revolução no sistema de proteção brasileiro, que exige mudanças nas concepções, legislação, nas ações operacionais e o rompimento com a cultura conservadora que estava arraigada a pobreza como o paternalismo, clientelismo e fisiologismo (COUTO, 2004).

Diante disso, novos tempos foram se estabelecendo no Brasil, de modo que percebe-se que a maior evolução da constituição é notória, estando presente no campo dos direitos sociais que no art. 3º- Constituem os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I- construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II- garantir o desenvolvimento nacional;
- III- erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV- promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 2011, p.8).

A partir dessas considerações nota-se que tais objetivos demandam reconhecer as desigualdades sociais, oportunizando suporte para a solução das mesmas. Nesse aspecto o sistema de seguridade social é composto por ações que correspondem a esses objetivos, o qual é instituído e associado às políticas de Saúde, Assistência Social e Previdência Social. O art. 194, que trata dos objetivos da Seguridade Social, estabelece:

- I- universalidade da cobertura e do atendimento;
- II- uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III- seletividade e distributividade na prestação de dos benefícios e serviços;
- IV- irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V- equidade na forma de participação no custeio;
- VI- diversidade na base de financiamento;
- VII- caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregados, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados (BRASIL, 2011, p.53).

Partindo dessas colocações vale salientar que infelizmente a LOAS carregou como herança a permanência de ações e comportamentos conservadores, assistencialistas e voluntários onde as tradições patrimonialistas persistiam em ficar. “uma delas bem forte, vem da família LBA” (SPOSATI, 2011, p.29).

Também é importante frisar que durante a presidência de Getúlio Vargas, sua esposa “reúne às senhoras da sociedade para acarinhar pracinhas brasileiras da FEB – Força Expedicionária Brasileira – Combatentes da II Guerra Mundial, com cigarros e chocolates e instala a Legião Brasileira de Assistência” (SPOSATI, 2011, p.29).

Estabelecendo características emergentes e paliativas à Assistência Social, ou seja, a Lei Orgânica da Assistência Social, em 1993, nasce cercada por concepções históricas que não possui compatibilidade com política pública de cidadania, que a obriga a resistir ao conservadorismo e ir à busca de transformações que modifiquem tal herança (SPOSATI, 2011).

É necessário destacar que foi somente após o escândalo da família Collor na Legião Brasileira de Assistência (LBA), os trabalhadores foram em busca da eflorescência da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), porém o esforço e luta dos trabalhadores não foram atendidas, onde mais uma vez o povo brasileiro foi ignorado e conseqüentemente em 1995 a Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi extinta (SPOSATI, 2011).

Como observado anteriormente, várias propostas econômicas, planos nas formações de legislações sociais, inclusive na Constituição de 1988, não foram suficientes para suprir as expectativas da população, que possibilitasse melhorias nas condições de vida dos brasileiros, ou seja, “o resultado demonstra que apenas em 1986 com o Plano Cruzado, e no início do Plano Real, em 1993, foi ocorrer uma relativa melhoria para a população em geral” (COUTO, 2008, p.142).

Fatos históricos demonstram que ocorreram, em vários momentos na Lei Orgânica de Assistência Social, impasses que impossibilitavam sua efetivação. Neste caso vale descrever que somente em 1974 a Assistência Social vai ganhar um novo lugar, cria-se então o ministério de Previdência e Assistência Social.

### **2.3 Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS**

Seguindo em busca pela aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social, no ano de 1984, a Assistência Social começa fazer parte de debates e movimentos que irão tencionar negociações através da Nova República da Assistência Social e da Previdência, onde a Associação Brasileira de Saúde Coletiva vai incitar o dever do Estado com as políticas de proteção (SPOSATI, 2011).

Nessa linha de raciocínio Couto (2008, p. 142) argumenta:

O período dos governos brasileiros desde 1985 vem sendo conformado por propostas democráticas, que, do ponto de vista do discurso oficial, buscam romper com o clientelismo e com a assunção patrimonialista do Estado e propunham mudanças no sistema político, econômico e social, que teriam como consequência o crescimento e desenvolvimento do país (COUTO, 2008, p. 142).

Partindo dessas colocações, o tema Lei Orgânica de Assistência Social, e o seu nascimento, começam a ser discutidos cientificamente possibilitando debates

por todo o país, com o intuito de problematizar e discutir a Assistência Social como uma política pública. Sendo assim em outubro de 1988, “a Assistência Social é reconhecida como direito à seguridade social pelos artigos 203 e 204 da constituição” (SPOSATI, 2011, p.49).

Nesse sentido, após longos períodos de lutas e debates, o dia sete de dezembro de 1993 tornou-se um marco para a história do país, pois finalmente a Lei Orgânica de Assistência Social se consolida como lei, sendo incorporada como direito e atributo de cidadania pela Constituição Federal de 1988, em que tais definições viabilizaram novos rumos e perspectivas para a Lei Orgânica de Assistência Social (SPOSATI, 2011).

Sendo assim, o artigo primeiro da LOAS determina que a Assistência Social seja um direito do cidadão e dever do Estado e no seu artigo quinto encontram-se orientações que irão nortear sua definição, constituem as diretrizes da Assistência Social:

Art. 5º- A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes:  
 I - Descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;  
 II - Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;  
 III - Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo (BRASIL, 2009, p.9).

Neste mesmo foco de análise sobre a Assistência Social vale lembrar que em 1994 foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social e posteriormente em 2003, o Estatuto do Idoso. Porém, apesar dos avanços que contribuíam para o nascimento da Lei Orgânica de Assistência Social, o grande desafio até então era o de romper com a herança genética de ações conservadoras que persistiam em pautar as ações assistenciais brasileiras (SPOSATI, 2011).

Em direção ao trabalho pela consolidação da Assistência Social enquanto política pública, no ano de 2003 aconteceu um dos mais relevantes progressos para a Lei Orgânica de Assistência Social desde seu aparecimento, pois vai caminhar em direção da inclusão e da garantia de direitos (SPOSATI, 2011).

Partindo dessas considerações vale lembrar que um dos grandes avanços para a Assistência Social foi à publicação da LOAS, a qual possibilitou operacionalizar a Assistência Social como um direito e não como uma caridade para

a sociedade. A Lei Orgânica de Assistência Social representa uma maioria jurídica para a Assistência Social e confere pela primeira vez a esta, a condição de Política Pública, colocando-a no mesmo nível da Saúde e Previdência Social, que são o tripé da Seguridade Social (COUTO, 2004).

Nas palavras de Schons (2003 p. 40-42):

Uma política de Assistência Social deve se pautar em ampliar os direitos sociais à população não como forma de garantir o consumo individual de serviços, mas efetivando mecanismos que inscrevam e expressam interesses populares no espaço institucional (SCHON, 2003, p.40-42).

A Lei Orgânica de Assistência Social de 1993 e a Constituição Federal em vigor no país trazem uma nova perspectiva, traçando um novo campo para a Assistência Social. As considerações feitas por Couto et al., 2011, p.33 são oportunas para pontuar essa questão:

Campo de direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal, iniciando um processo que tem como horizonte torná-la visível como política pública e direito dos que dela necessitam. Sem dúvida um avanço, ao permitir que a assistência social, assim posta, transite do assistencialismo clientelista para o campo da Política Social. Como política de Estado, passa a ser um campo de defesa e atenção dos interesses dos segmentos mais empobrecidos da sociedade (COUTO et al., 2011, p.33).

Tendo em vista a consolidação desta política é de responsabilidade do Estado prestar assistência para a família protegendo e amparando desde a criança até o idoso e a pessoa com deficiência, sempre que estiverem em situação de vulnerabilidade social. O Estado deve propor e criar estratégias para assegurar os direitos das pessoas que se encontram em risco de violação de seus direitos. Portanto, a Assistência Social é uma das políticas que fazem parte do tripé de Proteção Social, a qual é regida pela constituição Federal no art. 203 quando diz que a Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social e tem por objetivos:

- I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 2011, p.56).

É oportuno salientar que a LOAS possibilitou regulamentar a Assistência Social e ainda a instituiu como uma Política Pública. A nova lei trouxe também o progresso do Benefício de Prestação Continuada (BPC), disposto no art. 20 da Lei nº 8.742 de 1993, voltado para pessoas com deficiência e idoso que não possui meios financeiros de sobrevivência. Ou seja, no percurso da implantação da Assistência Social Brasileira, logo após o primeiro grande marco que foi a Constituição federal de 1988, tem-se a realização das LOAS na busca de operacionalizar os direitos conquistados.

#### **2.4 A Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS**

Dando prosseguimento ao percurso da Assistência Social em Busca de sua implantação, é preciso destacar que em 2005 foi estabelecido o SUAS, previsto na LOS e na PNAS, com o objetivo de organizar e regular as ações sócio-assistenciais em todo o país, sendo um mecanismo que permite interromper a fragmentação dos programas da assistência permitindo instituir, efetivar as Políticas Públicas e a Assistência Social como um direito (BRASIL, LOAS, 2005).

No que diz respeito à Política Nacional de Assistência Social Mendes (et al., 2009, p.7) diz que:

A Política Nacional de Assistência Social-PNAS estabelece, um novo reordenamento da política nacional que aponta unidade nas ações no âmbito do território nacional e uma graduação de níveis de vulnerabilidade social e riscos sociais, propondo a constituição de um Sistema Único de Assistência Social-SUAS composto por duas redes de proteção social-Básica e Especial, em Média e Alta Complexidade (MENDES, et al., 2009, p.7).

Analisando esse contexto, é possível concluir que a aprovação da Política Nacional de Assistência Social foi essencial para o Sistema de Proteção Brasileiro, uma vez que tal política propõe estabelecer um sistema único, com conceitos e

modelo de gestão que possa suprimir as práticas assistencialistas da Política de Assistência Social. No bojo deste instrumento normatizador foi aprovada a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (MENDES, et al., 2009).

Corroborando com este posicionamento Brasil (2005, p. 14) diz que:

A presente Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) retoma as normas operacionais de 1997 e 1998 e constitui o mais novo instrumento de regulação dos conteúdos e definições da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) que parametram o funcionamento do SUAS (BRASIL, 2005, p.14).

Partindo dessa ótica é oportuno descrever que a Política PNAS estabelece a Assistência Social como Proteção Social não contributiva, direcionando ações de proteção aos cidadãos “contra riscos sociais inerentes aos ciclos de vida e para o atendimento de necessidades individuais ou sociais” (COUTO et al., 2011, p. 41). Nesse sentido no que se refere a esta questão, constituem os objetivos da PNAS (COUTO et al., 2004, p.39):

- prover serviços, programas e benefícios de proteção social básica e ou especial para famílias, indivíduos e grupos que dela necessitem;
- contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural;
- assegurar que ações no âmbito da Assistência Social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (MDS/PNAS, 2004, p. 27).

A partir dessas considerações a ideia de um sistema já estava colocada no artigo art. 204 da Constituição Federal de 1988 e no art. 6º da LOAS, porém ficou estático por um período de tempo, até que em 2003, na IV Conferência Nacional de Assistência Social, houve uma exigência dos municípios para que se implantasse o SUAS. Nesta ocasião, é oportuno salientar, que somente após dez anos de Lei Orgânica de Assistência Social e com a nova Política Nacional de Assistência Social, surge em 2005 propostas para a implementação do SUAS (SPOSATI, 2011). Referindo-se a esta questão Mendes (et al., 2009, p.41) ressalta que:

O SUAS recoloca a necessidade do controle social e da participação dos usuários para a sua efetiva implantação. Assim, a potência dos Conselhos e das Conferências como espaços privilegiados de construção política retoma força na perspectiva do sistema que reitera aquilo que já é determinação legal a partir da LOAS (MENDES et al., 2009, p. 41).

Partindo dessas colocações o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) deve articular meios, recursos e esforços para a execução dos serviços, programas e benefícios sócio-assistenciais, cujas ações estão previstas na nova Política Nacional de Assistência Social, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social em 2004. As ações sócio-assistenciais estão prevista na Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), que disciplina e descentraliza o sistema em três esferas do Governo, como o Distrito Federal, os Municípios e os Estados, acompanhados pelo poder público e também pela sociedade civil (BRASIL, MDS, 2010b).

Nessa perspectiva uma gestão participativa e descentralizada permite viabilizar a transparência na execução da política e a universalização dos serviços, programas e benefícios sócio-assistenciais, trazendo como consequência a consolidação dos direitos sociais e de fato a responsabilização do Estado Brasileiro (BRASIL, MDS, 2010c).

Segundo Brasil (MDS, 2010d):

O Sistema Único De Assistência Social (SUAS) visa atender a população, organizando as ações da Assistência Social em dois tipos de Proteção Social, a primeira é a Proteção Social Básica que tem como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente de pobreza, privação, ausência de renda, precário ou não acesso aos serviços públicos e ou fragilização de vínculos afetivos fragilizados (BRASIL, MDS, 2010d).

É oportuno descrever que a Proteção Básica é designada para a população que se encontra em situação de vulnerabilidade social resultante da pobreza, fragilização de vínculos afetivos e privação. Tem como objetivo o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e usuários que se encontram em situações de risco por meio de aquisições e potencialidades (MENDES, et al., 2009).

Para tanto entende-se que os serviços de Proteção Social Básica (PSB) serão executados nos Centro de Referência de Assistência Social. Sendo assim é pertinente destacar que o Programa da Proteção Social de Atenção Integral às Famílias (PAIF), é um Programa oferecido pelo Governo Federal que visa a Inclusão Produtiva, programas de incentivo ao protagonismo juvenil e o fortalecimento dos vínculos familiares, grupos, comunitários, crianças, idosos e adolescentes (BRASIL, MDS, 2010e).

Já, a segunda ação, a Proteção Social Especial (PSE), cuja sua natureza é protetiva, está voltada para as famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de violência física, psicológica e encontram-se em caso de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, rompimento e afastamento do convívio familiar (BRASIL, MDS, 2010f).

Vale salientar que a PSE subdivide-se em média e alta complexidade. Portanto, são executadas e coordenadas nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), afim de que as unidades públicas estatais sejam responsabilizadas em ofertar apoio aos indivíduos e famílias com direitos violados, direcionando o foco das ações para a família na perspectiva de potencializar e fortalecer sua função protetiva (BRASIL, MDS, 2010g). Evidência clara nesse sentido está na LOAS (2005, p.6) que estabelece no art. 6º -c:

As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), respectivamente, e pelas entidades sem fins lucrativos de assistência social de que trata o art. 3º desta Lei.

§ 1º O Cras é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.

§ 2º O Creas é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.

§ 3º Os Cras e os Creas são unidades públicas estatais instituídas no âmbito do Suas, que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social. (BRASIL, LOAS, 2005, p. 6).

Diante disso, os Programas, Benefícios e Projetos de Proteção Básica serão articuladas com as demais políticas, na perspectiva de garantir a permanência de ações desenvolvidas para com os indivíduos e famílias atendidas, viabilizando a superação da condição de vulnerabilidade e a prevenção de situações que ofereçam risco potencial, garantindo e realizando os encaminhamentos necessários (BRASIL, MDS, 2010h).

A Proteção Básica Especial possui estreita conexão com a garantia de direito; portanto é necessário que haja uma gestão compartilhada com o Ministério Público e o Poder Judiciário. Sendo assim, os serviços de Proteção Especial deverão

acontecer sob forma de acompanhamento individual e maior agilidade nas soluções protetivas realizando acompanhamento monitorado e viabilizando processos que garantam ao usuário apoio, qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção do usuário (BRASIL, MDS, 2010i).

É pertinente ressaltar que o Sistema Único de Assistência Social sendo um sistema público descentralizado, participativo e não-contributivo deve oferecer condições para que a população venha acessar uma Política de Assistência Social que “rompa com o estigma de desorganizada, despolitizada e disponível para manobras eleitorais, como comumente é apresentada à população que tradicionalmente aciona os atendimentos da política” (COUTO et al., 2011, p. 49).

Sendo assim, é importante realizar uma reflexão acerca da Política de Assistência Social e se a forma que ela vem sendo operacionalizada está caminhando na ótica do direito e da cidadania ou é um espaço de subalternização, favor, caridade, exclusão, dominação. Nesse contexto, o que se pretende é pensar sobre qual tem sido o significado adotado pela Assistência Social voltado ao usuário desta política que ao receber atendimento deve ser tratado na condição de um sujeito de direito e não de subalternização, necessitado, descrédito e desamparado (YAZBEK, 2009).

Nessa perspectiva a Assistência Social historicamente é um dos métodos acionado pelo Estado para o enfrentamento da Questão Social, em que as ações políticas de enfrentamento à pobreza vêm sendo distorcidas, em que a Assistência Social confere um perfil de apoio, clientelismo, matriz do favor, características arraigada na cultura do país, principalmente no trato com os usuários estabelecendo relações de dependência e uma cidadania invertida, reforçando “as figuras do pobre beneficiário, do desamparado, e do necessitado, com suas demandas atomizadas e uma posição de subordinação e culpabilização pela condição da pobreza” (YAZBEK, 2009, p.62).

Segundo essa ótica, Yazbek (2009, p.63) argumenta que:

A política de assistência social no Brasil se mantém opaca, sem visibilidade, sem identidade, sem direção clara, germinando e proliferando uma caótica rede de instituições públicas produtoras de assistência e serviço social que se apresentam marginais até mesmo para seus agentes técnicos (YASBEK, 2009, p.63).

Neste momento é que a Política de Assistência Social se apresenta com estratégias e perspectivas diferenciadas, em que uma delas funciona como mecanismo para a estabilização das relações e conflitos Sociais, enquanto a outra funciona como forma concreta de acesso aos serviços e recursos, ou seja, é um espaço de reconhecimento da cidadania e direitos sociais. Neste caso vale ressaltar que o assistencial é um campo do Estado, onde “obedece, pois a interesses contraditórios, sendo espaço em que se imbricam as relações de classes e destas com o Estado” (YAZBEK, 2009, p. 64).

Nessa conjuntura é necessário romper a relação entre Assistência Social e a ideia residual de pobreza que não atinge a cidadania, conhecer as noções de risco, necessidade, vulnerabilidade social, é necessário para que possa garantir a segurança de proteção social, ou seja, “direcionar a assistência social para a inclusão é antes de mais nada tirá-las da condição de excluída do alcance de direitos (SPOSATI, 2011, p. 94).

No que tange a esse assunto “o termo assistência, entendido como atenção à pobreza, é sempre confundido com assistencialismo” (YAZBEK, 2009, p.17). Sendo assim entende-se que a Assistência Social através de programas e projetos, tem o objetivo de alcançar a população que se encontra em vulnerabilidade social e desprovida de bens e serviços (YAZBEK, 2009).

Reforçando este enfoque Yazbek (2009, p. 19) diz que:

Após os desmascaramentos destas mistificações, é preciso distinguir assistencialismo de assistência. A rigor, a assistência é uma forma de subsidio: técnico, financeiro, material, psicológico etc. Enfim, ela se constitui num campo dinâmico de transferência que não é unidimensional, pois supõe de um lado a necessidade e de outro a possibilidade (YAZBEK, 2009, p.19).

O assistencialismo, é conservador, supõe e estabelece uma relação de poder subalternizando os que necessitam, ou seja, “ele passa a dever um favor ao intermediador da possibilidade, que nem sempre é o proprietário, mas, muitas vezes um agente técnico ou institucional” (YAZBEK, 2009, p.19).

As considerações feitas por Couto (et al., 2011, p. 48-49) são oportunas para pontuar esta questão:

Em primeiro lugar, a herança conservadora da identidade dos usuários das políticas assistenciais. Várias denominações têm sido incorporadas á

população que acessa a esses serviços. Quando sempre o adjetivo tem como princípio desvalorizar, subalternizar os sujeitos, destituindo-o da condição de cidadão. O acesso às políticas assistenciais pautava-se pela qualidade de destituído, pela negação da condição de sujeito de direitos (COUTO, et al., 2011, p. 48-49).

Referindo-se a esta questão vale dizer que a Lei Orgânica de Assistência Social não possui nenhuma afinidade com a Assistência Social conservadora, não possui proximidade com ações assistencialistas, excludente, mas tem compromisso com a cidadania, segurança social, proteção e seguridade social (SPOSATI, 2011).

Portanto, deve-se propiciar uma Política de Assistência Social que rompa com a fragmentação, o assistencialismo, superposição de Programas e órgãos e a pulverização (SCHONS, 2003). “É o momento de enfrentar a própria Assistência. Diante dessa exigência, a luta por democracia é posta como alternativa de superação do Assistencialismo” (OLIVEIRA, 1987:11, PINO, 1989:158, ALAYÓN, 1990:153ss apud SCHONS, 2003, p.42).

Nesse contexto é de relevância descrever que o trabalho realizado pelos profissionais de Serviço Social, voltado para aos usuários deve partir da perspectiva de que o sujeito é um cidadão de direito, porém para que os direitos sejam garantidos é necessário realizar movimentos de segmentos, classe social e coletiva. Para isso construir novos parâmetros é necessário, viabilizar condições sociais e políticas aos usuários para que se reconheçam como parte da sociedade e seu lugar nela, com o intuito de reverter o padrão hegemônico construído (COUTO, et al., 2011).

Além disso, é pertinente descrever que a Assistência Social como uma política pública não contributiva é um dever do Estado que dispõem de planos, projetos e programas socioassistenciais. Um dos planos do Governo é o Plano Brasil sem Miséria que tem como objetivo o de reduzir as desigualdades, promover inclusão social e a distribuição de renda (BRASIL, MDS, 2010j).

Os Programas disponibilizados são o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) que tem como objetivo proporcionar qualificação profissional para usuários a partir de dezesseis anos de idade inscritos no Cadastro Único, com prioridade aos beneficiários do BPC do PBF (BRASIL, MDS, 2010k).

Também dispõe do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), tendo como finalidade o de promover acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Já

o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), oferecido pela Assistência Social tem como objetivo de retirar crianças e adolescentes menores de dezesseis anos do trabalho precoce (BRASIL, MDS, 2010).

Este capítulo teve o intuito de apresentar a Política de Assistência Social, um pouco de sua história, enquanto trajetória de construção, bem como apresentar os principais mecanismos de proteção social. Contudo entende-se a relevância de relatar e contextualizar a Política de Assistência Social, como um dos requisitos essencial para continuar as reflexões e avançar no percurso do trabalho final de graduação, adentrando no Programa Bolsa Família, com o intuito de alcançar o objetivo geral e objetivos específicos do trabalho proposto.

### 3 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: CARACTERIZAÇÃO, IMPACTOS E DESAFIOS

O Programa Bolsa Família receberá neste trabalho um capítulo dedicado especialmente a ele por apresentar significância para muitas famílias brasileiras beneficiadas pelo Programa e por ser um tema gerador de polêmicas, incentivos e controvérsias. Nesse sentido, destaca-se inicialmente que o PBF é um programa de Transferência Direta de Renda que beneficia famílias extremamente pobres com renda mensal de até R\$ 77 por pessoa e ou pobres com renda mensal entre R\$ 77 e R\$ 154 por pessoa e visa garantir o direito à alimentação, à educação, à saúde para os cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade social (BRASIL, MDS, 2010m).

A Distribuição de Renda e ou Distribuição da Riqueza na economia caracteriza-se pelo modo como a renda é compartilhada entre a população de uma região ou um país, ou seja, caracteriza-se como o instrumento para analisar a repartição do Produto Interno Bruto (PIB) entre os trabalhadores assalariados e proprietários de capital. Diante disso uma das formas utilizadas para medir o funcionamento da economia do país é através de seu PIB que é o que define e representa a soma dos valores, mercadorias e serviços produzidos por uma Cidade, País e ou Estado (SANTIAGO, 2014).

Nesse sentido é oportuno descrever que a renda *Per Capita* baseia-se nas despesas, produtos e renda, os quais ao somá-los atingem um valor que é dividido pelo número de habitantes do País. A *Per Capita* é utilizada para averiguar a qualidade de vida de um determinado País, mas um Estado pode obter um superior PIB, porém isso não significa que seu PIB *Per Capita* será alto, pois a soma da renda deverá ser dividida pelo número de habitantes, ou seja, a região pode ser abundantemente rica e seus habitantes muito pobres e ou um país não ser muito rico, mas seus habitantes desfrutarem de um padrão de vida de qualidade e superior ao de um país que possua uma renda *Per Capita* maior. Neste caso o que vai determinar essa diferença será o perfil da distribuição de renda, ou melhor, como a riqueza total é distribuída entre a população (SANTIAGO, 2014).

Atualmente no Sistema Capitalista, a distribuição de renda é realizada através da contribuição dos agentes econômicos ao processo de produção, ou seja, quanto maior for a contribuição do capital, maior será o benefício e a remuneração do

trabalho e do capital, demonstrando empiricamente que a remuneração do trabalho, tem aumentado aos poucos por meio do controle estatal.

Observando as palavras de Silveira, s/a p. 4-5) Vê-se que:

Entretanto, é possível que a remuneração de alguns ou de muitos agentes econômicos esteja abaixo de um nível de subsistência, por mais baixa que seja a sua definição e por mais próxima que esteja a economia de um sistema capitalista perfeito. Imperfeições de mercados modificam 4 R.B.E. 2/75 a distribuição de renda, trazendo desemprego realmente involuntário e deixando alguns ou muitos não somente com remuneração insuficiente, mas também sem remuneração alguma. Esta proposição é teoricamente sustentável e empiricamente fundamentável, mesmo nas economias mais desenvolvidas. Posições oligopolísticas, monopólios localizados e discriminações nos próprios mercados de trabalho não são desprezíveis e podem não ser a exceção em muitas economias. Leis, às vezes desenhadas com objetivo de amenizar a pobreza, como o salário mínimo, podem ter o efeito oposto (SILVEIRA, s/a , p. 4-5).

É oportuno descrever que na moderna economia o seu crescimento é um objeto da macroeconomia, caracterizada por determinar os níveis de renda, tais como o emprego, os preços e a produção.

Neste contexto a Redistribuição de Renda foi estabelecida com o intuito de tentar distribuir a renda socialmente produzida, neste caso foram criados Benefícios Sociais, Projetos, Serviços e Programas, bem como o Programa Bolsa Família, a Assistência Social entre outros Programas do Governo Federal para tentar amenizar a pobreza extrema e a desigualdade social que são oriundas do Sistema capitalista que visa o lucro, caracterizado por ser um sistema econômico no qual os meios de produção e a distribuição são de propriedade privada e com fins lucrativos (PEREIRA, 2008).

Sendo assim, tal distribuição permite que grande parte da população esteja isenta da riqueza socialmente produzida, onde a miséria e o mínimo são divididos entre a população, que sofrem uma violência estrutural, resultante da relação contraditória entre o capital e o trabalho que oferece interesses contraditórios, onde beneficia o trabalhador, mas também favorece e defende os interesses do capital, trazendo como consequência sérios impactos na vida dos usuários, bem como desenvolver suas particularidades e autonomia como sujeitos de direitos entre outros. (PEREIRA, 2008).

Nesse sentido, Silva (et al., 2010) diz que:

Entende-se que a redistribuição de renda requer *focalização*, nos ricos, cobrando mais deles, como nos pobres, redistribuindo renda para estes. Nesse sentido, qualquer política de enfrentamento a pobreza requer articulação com a política econômica; identificação dos pobres, separando os que têm condições de inserção no sistema produtivo dos que não têm. Significa, portanto, articulação de programas compensatórios com investimento social de médio e longo prazo. Ou seja: a prevenção da pobreza parece exigir ampliação da inserção da população jovem no sistema educacional, mas também demanda políticas sérias e articuladas de geração de emprego e de redistribuição de renda. Portanto, só nesse contexto mais amplo é possível se visualizar os Programas de Transferência de Renda como efetivo mecanismo de enfrentamento da pobreza no Brasil (SILVA, et al., 2010, p. 211-212).

Dessa forma os Programas de Transferência de Renda, em especial o PBF foi aderido como possibilidade para o enfrentamento a pobreza. Os Programas de Transferência de Renda no Brasil deram-se início em 1991, apresentando-se como proposta o Programa de Garantia de Renda Mínima. Neste caso é oportuno apresentar cinco momentos importantes para o seu desenvolvimento histórico.

Ocorreu em Dezembro de 1991, o primeiro momento, quando o Senador Eduardo Suplicy anunciou o projeto de Lei n.80/1991, propondo a criação de um Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), com o intento de que todo brasileiro a partir de 25 anos de idade ou mais, com rendimentos inferiores teriam direito a uma renda mínima (LIMA et al., 2008).

O segundo momento aconteceu no período entre 1991 a 1993, onde Camargo propõe uma transferência monetária para famílias que obtivessem crianças de 5 a 16 anos matriculadas em escolas públicas, incorporando duas inovações, bem como o lugar do indivíduo, a família como beneficiária e a articulação da transferência monetária com o compromisso de crianças e adolescentes frequentarem a escola, com o intuito de adicionar uma política compensatória, como requisito para o enfrentamento da pobreza (LIMA et al., 2008).

Já o terceiro momento, teve início no ano de 1995, no qual foram estabelecidas as primeiras experiências pioneiras, na cidade de Ribeirão Preto (SP), Santos (SP), Brasília (DF) e Campinas (SP), possibilitando a adesão de política públicas de Transferência de Renda Mínima no cenário do Sistema de Proteção Social Brasileiro (LIMA et al., 2008).

O quarto momento ocorreu em 2001, no segundo mandato do Fernando Henrique Cardoso no período entre 1999 a 2003, em companhia de uma significativa expansão nos Programas Federais, criados em 1996, bem como o BPC, o PETI e a

formação de outros Programas de iniciativa do Governo Federal como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Bolsa Renda, Vale Gás, entre outros. Neste caso é importante descrever sobre a introdução da ideia e discussão de uma Renda de Cidadania para todos os brasileiros, dando visibilidade a uma renda básica de cidadania e incondicional para todos os brasileiros, conforme a proposição do Senador Suplicy, autor do Projeto de Lei do Senado n. 266, de 2001 (LIMA, et al., 2008).

Iniciado em 2003, o quinto momento aconteceu no Governo Luiz Inácio Lula da Silva, o qual estabeleceu o Fome Zero como estratégia de enfrentamento da pobreza e a fome no Brasil, tendo como principal Programa o Bolsa Família, em crescimento e desenvolvimento nos 5.565 municípios e no Distrito Federal desde 2006, com a proposta de unificar os Programas de Transferência de Renda. Neste momento como resultado foi sancionada pelo Presidente da República, a Renda de Cidadania, proposição feita pelo Senador Suplicy.

Nesse contexto, em janeiro de 2004 foi criado o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e o Combate a Fome, o Ministério da Assistência Social e conseqüentemente o “progressivo crescimento no orçamento anula destinado aos Programas de Renda” (LIMA et al., 2008, p. 30).

A Transferência de Renda é configurada como uma Transferência Monetária para usuários e famílias em situação de vulnerabilidade social. Constituindo-se por programas focalizados para usuários que se encontram em estado de pobreza e extrema pobreza. Sendo assim, ao acessar o Programa, o usuário e a família beneficiada deverão cumprir com algumas condicionalidades no campo da saúde, trabalho e educação (SILVA et.al., 2010).

Diante disso vale lembrar que no Brasil, no período de 1970 para ter acesso a “algum benefício monetário o requisito não era o de ser originalmente pobre, mas, em primeiro lugar, estar no mercado de trabalho, ou ter uma trajetória de emprego assalariado com carteira profissional” (MESQUITA, 2006, p. 473).

Nesse contexto, com a Constituição Federal de 1988 e posteriormente com a LOAS, novas medidas legais e ações serão oportunizadas para garantia de renda por meio de políticas públicas voltadas para o enfrentamento da pobreza, visando a garantia de renda sem uma prévia de contribuição (MESQUITA, 2006).

É importante ressaltar que só teria acesso a uma Seguridade Social, o trabalhador formalmente registrado, pois tal seguridade estava intimamente ligada

ao direito ao trabalho. Mesquita (2006, p.473) diz que:

Até então, na experiência brasileira, o requisito para ter acesso a algum benefício monetário não era ser originalmente pobre, mas, em primeiro lugar, estar no mercado de trabalho ou ter uma trajetória de emprego assalariado com carreira assinada (MESQUITA, 2006, p. 473).

Referindo-se a este assunto, Boschetti (2009) ressalta que no Brasil na congruência do Seguro Social, firmou critérios de acesso a saúde e a previdência desde a década de 1923 a 1988. Assim constitui-se um sistema de proteção limitado, pois garante apenas ao trabalhador inserido no mercado de trabalho que contribuir mensalmente como segurado à Seguridade Social.

A Seguridade Social no Brasil possui algumas características centrais como o fato de somente ter acesso aos direitos de Seguridade Social os segurados e seus dependentes, pois tais direitos decorrem do direito ao trabalho. Assim os segurados são condicionados a uma contribuição prévia, onde só tem acesso quem contribui. Tais características possibilitam assegurar aposentadorias, salário-família, pensões auxílio doença entre outros benefícios (BOSCHETTI, 2009).

Nesta situação impõem-se limites para a universalização de direitos de Seguridade Social, pois só se universaliza direitos de segurança de renda quando há impossibilidade de trabalhar, se estiver assegurada a universalização do direito ao trabalho a todos os indivíduos de dada sociedade. Vale frisar que isso nunca ocorreu no Brasil e nem mesmo em países que afirmaram uma política de pleno emprego, pois não conseguiram assegurar trabalho a toda a população (BOSCHETTI, 2009).

Nesta direção o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso criou o PETI, assim como outros Programas Sociais, tais como: o Auxílio Gás, o Bolsa Alimentação e o Bolsa Escola, que foram continuados pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em outubro de 2003, que posteriormente unificaria os benefícios num Programa mais amplo chamado Programa Bolsa Família.

### **3.1 Unificação dos Programas e o Programa Bolsa Família**

Como descrito no item anterior o Programa Bolsa Família é fruto da união dos Programas Bolsa Alimentação, Bolsa Escola e o Auxílio Gás e seus objetivos

são combater a exclusão social, a miséria e promover a emancipação das famílias mais pobres. O Governo Federal criou o PBF, com o intuito de unificar todos os benefícios em um só programa (BRASIL, MDS, 2010n) “o objetivo da unificação foi garantir mais agilidade na liberação do dinheiro, reduzir a burocracia e melhorar o controle dos recursos” (WEISSHEIMER, 2010.p.53).

A partir de uma gestão coordenada e integrada intersetorialmente voltada aos direitos humanos, vale destacar que a unificação foi um avanço, pois a centralização em um único programa evita a fragmentação e possibilita maior informação e clareza em relação aos órgãos públicos responsáveis pela implementação dos direitos sociais e políticas (ZIMMERMANN, 2006).

O Programa Bolsa Família foi instituído pela Lei 10.836/2004 em 9 de janeiro de 2004, seguido de uma gestão descentralizada e compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios, com o objetivo de ampliar e executar a execução do Programa (BRASIL, MDS, 2010o).

Neste caso o PBF é composto por três eixos principais que são a transferência de renda que possibilita ações imediatas para a superação de extrema pobreza; as condicionalidades que vêm para reforçar o acesso aos direitos sociais nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, ações e programas que venham contribuir para o fortalecimento das famílias, a fim de superar a situação de vulnerabilidade social (BRASIL, MDS, 2010p).

Em 11 de junho de 2011, o Governo Dilma Rousseff anunciou a expansão do PBF, como parte do Programa Brasil Sem Miséria lançado em junho de 2011, com o objetivo de superar a Pobreza extrema no país. O PBF integra o Plano Brasil Sem Miséria e tem como proposta a garantia de renda, inclusão no mercado de trabalho e acesso aos serviços públicos (BRASIL, MDS, 2010q).

Nesse contexto o Programa de Transferência de Renda Bolsa Família configurou-se como um dos principais mecanismos de garantia de direito humano à alimentação e de combate à fome no Brasil. Entende-se que o Programa Bolsa Família representa “um apoio significativo no sentido de garantir uma alimentação mínima a muitas famílias pobres” (ZIMMERMANN, 2006, p.146).

O PBF é um Programa Federal de transferência de renda, voltado para famílias que vivem em situação de pobreza, para famílias que possuem renda mensal de R\$ 77,00 até R\$154,00 e ou famílias que estão em situação de extrema

pobreza com renda mínima mensal de até R\$77,00 por pessoa (WEISSHEIMER, 2010).

Como se vê, o PBF tem real significância para os beneficiários, pois para muitos é o único meio de obtenção de renda. O Programa apresenta uma evolução em relação às propostas antecedentes, mas no que tange aos direitos humanos, apresenta uma série de entraves (ZIMMERMANN, 2006).

De acordo com Zimmermann (2006, p.152):

Como aconteceu com outros governos anteriores, a maior debilidade do Programa Bolsa Família ocorre pelo fato do Programa não ser baseado na concepção de direitos, pois o acesso ao Programa não é garantido de forma incondicional aos portadores de um direito. Em outros termos, o Bolsa Família não garante o acesso irrestrito ao benefício, já que existe uma limitação da quantidade de famílias a serem beneficiadas em cada município.

Desta maneira o Programa oferece benefícios baseados no perfil da família registrada no Cadastro Único, em que os quesitos avaliados são a renda mensal por pessoa, o número de integrantes, o total de crianças e adolescentes de até 17 anos e gestantes, ou seja, o Benefício Básico de R\$77,00 para famílias com renda mensal de até R\$77,00 em situação de extrema pobreza, o Benefício Variável no valor de R\$35,00 para famílias compostas por crianças e adolescentes entre 0 a 15 anos, o Benefício Variável para Gestante no valor de R\$35,00, o Benefício Variável Nutriz no valor de R\$35,00, o Benefício Vinculado ao Adolescente entre 16 a 17 anos, limitado a dois benefícios por família e o Benefício para a Superação da Extrema Pobreza, calculado caso a caso (BRASIL, MDS, 2010r).

### **3.2 Desafios para a Implantação do Programa Bolsa Família na Ótica do direito**

Neste caso é oportuno pontuar que o acesso ao PBF é limitado, pois a cada município é designado um número máximo de famílias a serem beneficiadas, assim inviabilizando que novas famílias possam ser inseridas no Programa, mesmo que as mesmas seja portadores de direitos e se encontrem em situação de vulnerabilidade social (ZIMMERMANN, 2006).

Diante dos fatos expostos o Programa Bolsa Família não é oferecido como está previsto em lei, ou seja, não caminha na perspectiva de garantir o direito a

quem dele necessitar, mas optam pela “seletividade por vezes excludente. A consequência dessa concepção é que famílias pobres acabam não sendo incluídas no Programa, mesmo que sejam miseráveis e tenham necessidade urgente de serem beneficiadas” (ZIMMERMANN, 2006, p. 152). Sendo assim, percebe-se que o Programa caminha na lógica da assistência e ajuda ao invés de promover direitos.

No ponto de vista de Zimmermann, (2006, p.153) ocorre que:

Na concepção dos direitos, o Bolsa Família deve garantir o acesso ao Programa e ao direito humano á alimentação como um direito de todas as pessoas elegíveis, sendo necessária a possibilidade de provisão de benefícios a todos aqueles que estão em estado de vulnerabilidade. Da mesma forma, não deve haver a provisão de um tempo máximo de acessibilidade ao Programa, ao contrário, o mesmo deve ser concebido para atender as pessoas enquanto houver um quadro de vulnerabilidade, se necessário, a vida toda (ZIMMERMANN, 2006, p.153).

O Programa Bolsa Família é gerido pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) em ligação com os estados e municípios. Sendo assim o cadastramento e as atualizações das famílias são de responsabilidade das prefeituras, onde deverão verificar e acompanhar o cumprimento das condicionalidades do benefício e sustentar as famílias do município disponibilizando ações que venham contribuir com o desenvolvimento autônomo da família (WEISSHEIMER, 2010).

O Programa atualmente beneficia 12,8 milhões de famílias brasileiras, mas fica claro que os beneficiários inseridos no PBF, deverão cumprir com as condicionalidades e contrapartidas impostas pelo Governo Federal, caso não cumpram serão excluídas do Programa. É importante pontuar as condicionalidades que o Programa estabelece são: apresentar o desempenho e a frequência escolar da criança, comparecer regularmente aos serviços de saúde, participar de ações de educação alimentar e acompanhar o estado nutricional dos filhos (COBO, 2012).

Na visão de Zimmermann (2006, p. 153) diz que:

O Bolsa Família impõe determinadas condicionalidades para o provimento do benefício, quais sejam: acompanhamento da saúde e dos estado nutricional das famílias, a frequência escolar e ao acesso á educação alimentar. Sob ótica dos direitos, a um direito não se deve impor contrapartidas, exigências ou condicionalidades, uma vez que a condição de pessoa deve ser o requisito único para a titularidade de direitos (ZIMMERMANN, 2006, p.153).

Neste contexto o dever do Estado é proteger, não punir e excluir o usuário,

beneficiário do Programa quando descumprido as condicionalidades, pois é de responsabilidade do Estado ser provedor desses serviços à população. A obrigação dos cumprimentos das condicionalidades é do poder público e não das pessoas. Sendo assim, é oportuno pontuar que na Constituição Federal de 1988, estão previstos no Art.6º os Direitos Sociais (BRASIL, 2011, p.10):

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma dessa constituição (BRASIL, 2011, p.10).

É relevante descrever que alguns estudiosos dos Programas de Transferência de Renda e a Proteção Social no Estado brasileiro, argumentam sobre o baixo valor que é repassado aos beneficiários do PBF, tendo em vista a importância de uma avaliação das políticas públicas e o custo da Cesta Básica Nacional. Como descrito por Zimmermann (2006, p. 154):

No entanto o valor do Programa Bolsa Família viola o direito humano à alimentação, uma vez que o mesmo é insuficiente para aliviar a fome de uma família brasileira, conforme demonstram os dados da Cesta Básica Nacional do DIEESE. A pesquisa da Cesta Básica Nacional, realizada no mesmo órgão, em junho de 2005 em dezesseis capitais do Brasil, considera que um trabalhador na idade adulta necessitaria de R\$ 159,29 para satisfazer as necessidades alimentares mínimas (Ração Essencial Mínima). O valor desta cesta seria então suficiente para o sustento de uma pessoa em idade adulta (ZIMMERMANN, 2006, p.154).

Até o presente momento o PBF não tem garantido acesso universal ao Programa, especialmente para que a população que se caracteriza por sujeitos de direito, reclamem quando seus direitos estiverem sendo violados (ZIMERMANN, 2006).

Para Cobo (2012), a pergunta em questão é: com que objetivos permitem que as famílias saiam do PBF? Com um aumento qualquer de renda que deixe a família acima da linha da pobreza? Mesmo que seja uma renda caracterizada de um trabalho informal sem garantia e sem estabilidade? Esperar que as crianças concluíssem sua escolaridade? Ou impor para as famílias um limite máximo de acesso ao Programa. Ainda assim “A discussão sobre as ‘portas de saída’ das famílias acaba recaindo na falta de suporte financeiro e institucional que a maioria desses programas apresenta nos países latino-americanos” (COBO, 2012, p.56).

É importante observar que:

Para os autores, o grande desafio é garantir o apoio político suficiente de forma a assegurar a continuidade dos programas e a acumulação de capital humano pelas famílias por meio das condicionalidades (SILVA, 2008 apud, COBO, 2012, p. 56).

Acredita-se que a exigência das condicionalidades subentende-se que a família e a população pobre não estão aptas para agir ou gastar corretamente, por isso precisa que o Estado lhes determine como gastar a renda disponibilizada por meio dos benefícios em alimentos.

A imposição de condicionalidade na saúde remete a dois momentos “a primeira que a população pobre não utiliza os serviços de saúde e daí a condicionalidade para o recebimento do benefício; e a segunda é que a saúde é um direito condicionado-não universal” (FONSECA, 2009 apud COBO, 2012, p. 57).

Neste caso a primeira imposição é semelhante à paternalista que tem a ideia de que o pobre não tem capacidade para tomar suas próprias decisões e por isso precisam cumprir condicionalidades, com o intuito de se adequarem seu comportamento, adaptando-se, respondendo as expectativas esperadas pela sociedade (COBO, 2012).

Já na segunda percebe-se que os benefícios não andam na perspectiva dos direitos universais, pois enquanto a saúde é assegurada constitucionalmente e é universal, os Programas de Transferência de Renda, em especial o Programa Bolsa Família esta condicionado a renda e não é garantido para toda população, pois quem não se encaixa no perfil do Programa não pode acessar o benefício, opta-se então pela seletividade, exclusão e não pelo direito universal (COBO,2012). Assim como a Política de Assistência Social Brasileira que não possui caráter universal e o Programa Bolsa Família é só uma forma de operação de direitos seletivos.

O PBF é oferecido para as pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social. O objetivo do Programa é que em algum momento os beneficiários se desvinculem do programa tornando-se independentes, com ações que possibilite a emancipação de cada família beneficiada e sejam livres da situação de pobreza e miséria que estão submetidas.

Com isso a seleção das famílias para o Programa Bolsa Família é realizada com base nas informações registradas pelo município, através do Cadastro Único

para programas do Governo Federal. Vale lembrar que o Cadastro Único é um instrumento que permite identificar as famílias de baixa renda que possuem renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa e ou renda mensal total de até três salários mínimos (BRASIL, MDS, 2010s).

Neste caso o Cadastro Único permite conhecer a realidade socioeconômica das famílias, possibilita viabilizar as características de cada um dos componentes da família e conhecer o núcleo familiar. Com base nessas informações coletadas realiza-se a seleção das famílias que serão incluídas no Programa para que possam receber o benefício (BRASIL, MDS, 2010t).

Sendo assim o cadastro das famílias que se encaixam no perfil do Programa será realizado pelos órgãos municipais de Assistência Social, mas o repasse fica por conta do Ministério do Desenvolvimento Social, operado pela Caixa Econômica Federal, por meio de cartão magnético (BRASIL, MDS, 2010u).

O Governo Federal tem o compromisso de depositar uma determinada quantia para as famílias beneficiadas pelo Programa. Sendo assim, o valor repassado depende do tamanho da família, da idade dos seus membros e da sua renda, pois há benefícios específicos para as famílias com crianças, jovens até dezessete anos e gestantes.

Neste caso as famílias que obtiverem a renda *per capita* no valor de R\$ 154,00 não receberão o valor oferecido para a família de R\$ 77,00, mas recebem o valor de R\$ 35,00 por criança e R\$ 38,00 por adolescente. Já as famílias consideradas em situação de pobreza extrema recebem o valor ofertado para a família de R\$ 77,00 mais o valor de R\$ 35,00 para cada criança e o valor de R\$ 38,00 por adolescente. Vale lembrar que devido à grande demanda do PBF as famílias beneficiadas e cadastradas devem esperar por dois meses ou até dois anos para receber a primeira parcela (BRASIL, MDS, 2010v).

De acordo com Monnerat (et al., 2007, p. 1459) ocorre que :

O tempo de permanência das famílias no Programa não é estipulado, mas a legislação do PBF (Portaria Interministerial 551 de 9 de novembro de 2005), é muito clara quanto aos motivos de desligamento das famílias, sendo um deles justamente o descumprimento das condicionalidades. A lei define ainda que todas as instâncias de governo tem a responsabilidade na gestão das condicionalidades, porém é sobre os municípios que recai a maior parte das tarefas, principalmente aquelas relativas á oferta dos serviços de educação e saúde previstas (MONNERAT et al., 2007,p. 1459).

Nessa linha de raciocínio é necessário criar mecanismos compacto de acompanhamento social para as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, revertendo à exigência das condicionalidades em oportunidades de inserção social. Na visão de Monnerat (et al., 2007):

Pode-se afirmar que a adoção de condicionalidades em programas de transferência de renda somente é válida quando entendida como e implementada como estratégia de ampliação do acesso aos serviços sociais, política de emprego e renda, não sendo, portanto, o mero reflexo de uma visão restritiva do direito social (MONNERAT et al., 2007, p. 1460).

Neste caso a ideia do acompanhamento das condicionalidades deveriam atribuir ações sociais, potencializando uma rede de proteção em torno dos beneficiários do Programa, ou seja, ao invés de uma concepção de fiscalização e punição, caminhar na perspectiva de objetivos voltados para a inserção social, a emancipação, garantindo os direitos sociais dos beneficiários do Programa, rompendo com o ciclo vicioso e reprodutivo da pobreza (MONNERAT et al., 2007).

Ainda sobre o Programa Bolsa Família, no que se refere às políticas sociais e por haver uma pequena e imediata melhora nas condições de vida dos usuários, ainda existem lacunas em relação à insegurança alimentar dos beneficiários, pois o PBF por si só não apresenta resultados satisfatórios de segurança alimentar, por conta do alto nível de pobreza estrutural das famílias beneficiárias, limitando o acesso das famílias aos serviços públicos básicos (SILVA et al., 2011).

### **3.3 Impactos e Fragilidades do Programa Bolsa Família**

Acredita-se que o acesso à Política de Saúde e Educação é um dos resultados esperados a respeito das condicionalidades impostas pelo Programa, mas é importante descrever que as condicionalidades não pode se concentrar apenas ao financiamento, pois corre o risco de desenvolver um mero controle de adesão à saúde e frequência escolar (MONNERAT et al., 2007).

Neste aspecto salienta-se que o acompanhamento das condicionalidades deve “englobar ações sociais mais amplas com vistas a potencializar uma rede de proteção social em torno dos beneficiários do Programa” (MONNERAT et al., 2007, p.1461).

O nível de impactos sobre os beneficiários do PBF é delimitado em relação a mudanças nas condições de vida dos usuários, pois o atendimento é referente a demandas imediatas. Mesmo com poucos impactos no que se refere à superação da pobreza, um dos méritos do Programa “é contribuir para a ultrapassagem da Política de Assistência Social enquanto política emergencial, situando-se como uma política pública de Estado, embora o PBF não tenha se transformado, de fato, num direito” (SILVA et al., 2010, p. 106).

Na visão de Silva (et al., 2011, p. 228), depreende-se que:

A realidade problematizada sobre os Programas de Transferência de Renda favorece e dissemina um falso moralismo subjacente a esses programas, que são reproduzidos na sociedade pela manifestação de que criam dependência, desestimulam ao trabalho e as famílias beneficiárias precisam ser educadas pelo cumprimento das condicionalidades. Todavia essa realidade não nega a relevância desses programas para as famílias e as pessoas beneficiadas, por representarem possibilidades concretas de melhorias de condições imediatas de vida de grande parte da população brasileira (SILVA et al., 2011, p. 228).

Nesse contexto pontua-se que o PBF, resultou em alguns pontos positivos. Um deles é a ampliação do acesso à saúde, a educação, pois até então a população apresentava historicamente uma regressão na utilização desses serviços. Sendo assim, o Programa possibilitou que os beneficiários que nunca tinham acessado as políticas de Saúde e Educação pudessem ser incluídos. Portanto, “o Bolsa Família, funcionou pela primeira vez neste circuito, mesmo que limitado de cidadania social” (MONNERAT et al., 2007, p. 1460).

Neste aspecto Weissheimer (2010, p. 67) fala que:

Pode parecer um paradoxo, mas não é. O principal objetivo do Programa Bolsa Família é justamente fazer com que seus beneficiários deixem de sê-lo. Essa é uma tarefa para muitos anos e não apenas para um programa isolado. Promover o desenvolvimento socioeconômico de famílias em estado de insegurança alimentar, gerar trabalho e renda, desenvolver ou mesmo criar uma dignidade capaz de levar a algo que possa ser chamado de cidadania. Esse é o caminho para a saída do Bolsa Família. O caminho de entrada é bem conhecido: décadas – e mesmo séculos - de uma política patrimonialista, de apropriação do privado do Estado, de concepção da política como balcão de negócios e de exclusão da imensa maioria da população não apenas do mercado produtivo, mas de um sentimento mínimo de pertencimento a uma comunidade, a algo que mereça o nome de país (WEISSHEIMER, 2010.p.67).

É notório que o Programa Bolsa Família não é o programa mais importante em questões de aumento de recursos investidos, “mas talvez seja o de maior

impacto na vida cotidiana de milhões de pessoas que tinham muita dificuldade para colocar comida na mesa” (WEISSHEIMER, 2010, p.24).

É importante ressaltar que muitas pessoas, em especial os beneficiários do programa Bolsa Família viviam desprovidas de direitos sociais e excluídas totalmente da sociedade. No entanto este Programa possibilitou que “pessoas que estavam fora do alcance das políticas sociais e que viviam em situação de grande pobreza passaram a ser beneficiadas por uma rede de proteção inédita em suas vidas” (WEISSHEIMER, 2010, p.24). “É inédita no Brasil. E para quem não tinha praticamente nada, ter algum avanço de renda, mesmo que pequeno, já causou um grande impacto na vida” (WEISSHEIMER, 2010, p.24).

Nessa conjuntura, ainda sobre o PBF, descreve-se que o Programa apresenta inúmeras fragilidades. Uma delas é relacionada à estrutura do Programa, pois tais fragilidades “delimitam a inclusão de seguimentos pobres e reduzem as possibilidades de impactos mais significativos sobre a redução dos índices de desigualdade e pobreza no país” (SILVA et al., 2012, p.104).

Além disso, merece destaque a questão do critério da renda para a definição dos beneficiários do Programa que os caracteriza pobres e ou extremamente pobres, tal critério de uma *percapita* familiar baixa, inviabiliza que outras pessoas possam ser inseridas no Programa, mesmo que estejam vivenciando dificuldades extremas, mas se não se encaixa na *percapita* e no perfil do Programa não esta apta a participar dele.

Cabe ainda pontuar sobre a limitação estrutural do PBF, onde sua principal fragilidade seria a dificuldade de construção de uma política macroeconômica que possibilite um crescimento aliado a uma redistribuição de renda garantidora e igualitária de modo que ofereça aos beneficiários do Programa serviços sociais e benefícios efetivos, que venham lhes assegurar a saúde, educação e o trabalho viabilizando condições de independência dos beneficiários no Programa (SILVA et al., 2010).

Deste modo o PBF deve proporcionar o desenvolvimento de mecanismos mais justos, com o intuito de universalizar os Programas de Transferência de Renda, em que os Programas não venham ser meramente assistencialistas, mas possibilite a implementação de Programas que realmente reduza a pobreza no país e o desenvolvimento das famílias beneficiadas para que as mesmas deixem de ser dependentes do Programa.

Neste capítulo buscou-se realizar reflexões relevantes acerca dos Programas de Transferência de Renda, em especial o Programa Bolsa Família. A compreensão dessa categoria é fundamental para desenvolvimento do trabalho do profissional de Serviço Social que deseja a transformação social, por meio dos Programas, Projetos, Serviços e Benefícios Socioassistenciais.

A apropriação da temática possibilita que o profissional ao conhecer as fragilidades da Política e dos Programas sociais qualifique os serviços prestados aos beneficiários, permitindo desvendar e conhecer a realidade do sujeito através da visita domiciliar e conseqüentemente realizar novos encaminhamentos, informar os usuários sobre direitos e políticas sociais, descobrir novas demandas, planejar novas intervenções e intencionalizar respostas profissionais através de técnicas e estratégias, bem como o acompanhamento dos beneficiários do PBF, como atividade necessária e possível para alcançar os objetivos propostos no cotidiano de trabalho do profissional.

Neste próximo capítulo, busca-se apresentar o embasamento teórico-metodológico utilizado na construção e desenvolvimento desse trabalho. Para isso, será apresentada o método dialético-crítico e as principais categorias: historicidade, totalidade e contradição. E posteriormente, busca-se apresentar e explicitar a pesquisa, seu desenvolvimento e os instrumentos utilizados.

## 4 METODOLOGIA

Neste momento serão abordados os instrumentos, as técnicas e o método que foi utilizado na construção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), bem como, as estratégias que se utilizou para atingir o objetivo geral e os específicos que se desdobraram na temática e problemática aqui presente.

Preliminarmente é importante explicitar e conceituar a metodologia. Vale salientar ainda, que, para que o conhecimento seja considerado científico, é preciso identificar técnicas e operações que viabilizem a sua verificação. O objetivo é chegar à efetividade dos fatos, que possibilita definir o método que oportunizou chegar a tal conhecimento, isto é, a metodologia permite definir como fazer (GIL, 2007).

Desse modo, a metodologia utilizada foi a de levantamento bibliográfico e documental, a partir de uma atividade teórico-prática executada no campo de estágio I e II, no Programa Bolsa Família, localizado no Centro de Referência de Assistência Social, durante o período de maio de 2014 a fevereiro de 2015.

Marconi e Lakatos (2006, p.62) afirmam que “a característica da pesquisa documental é que a forma de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não”, na qual se constitui fontes primárias e secundárias. Sendo assim serão consultados os documentos primários manuseados durante o estágio I e II, ou seja, aqueles que contenham informações inéditas, como os documentos particulares e arquivos públicos (MARCONI, LAKATOS, 2006).

Também foram utilizadas fontes secundárias, como por exemplo, os documentos obrigatórios da disciplina de estágio I e II, entre eles: o plano de estágio, a análise institucional, o diário de campo, o projeto de intervenção e os relatórios elaborados a partir de uma análise dos documentos primários (MARCONI, LAKATOS, 2006).

Reforçando este enfoque Gil (2006, p.66) diz que:

O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas há que se considerar que o primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais, que são em grande número. Existem, de um lado, os documentos de primeira mão, que não recebem qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. De outro lado, existem os documentos da segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc. (GIL, 2006, p.66).

A pesquisa se caracterizou também como bibliográfica. Vale salientar que a pesquisa bibliográfica foi desenvolvida por meio do material constituído e elaborado através de artigos científicos e livros. “Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir das fontes bibliográficas” (GIL, 2006, p. 65).

Nesse sentido, no que se refere à pesquisa bibliográfica, a principal vantagem em utilizá-la foi o fato de possibilitar ao investigador a percepção dos fenômenos muito mais amplos do que poderia pesquisar diretamente, isto é, esta particularidade da pesquisa bibliográfica é relevante quando o problema da pesquisa procura dados dispersos pelo espaço e também é essencial nos estudos históricos. Sendo assim, vale lembrar que em muitos casos, a única maneira de compreender fatos passados, só é possível por meio dos dados secundários (GIL, 2006).

Partindo dessas afirmações o presente levantamento bibliográfico e documental visou problematizar a necessidade de um maior acompanhamento dos indivíduos beneficiados pelo programa Bolsa família no município de São Borja – RS, por parte dos profissionais Assistentes Sociais, na busca de rever elementos que qualifiquem os serviços prestados no cotidiano do Serviço Social e possibilitem a condução e atenção do profissional para as vulnerabilidades e demandas das famílias atendidas com a perspectiva de assegurar os direitos e a garantia de acesso às políticas de Saúde, Assistência, Educação, entre outras.

A pesquisa qualitativa responde a questões particulares, trabalhando com o universo dos significados, aspirações, motivos, valores, atitudes e crenças, ou seja, estes fenômenos humanos entendidos como parte da realidade social entende-se que o ser humano se distingue não apenas no modo de agir, mas também no modo de pensar, porque interpreta suas ações dentro da realidade que vivencia, compartilhando com o semelhante (MINAYO, 2009).

O presente levantamento bibliográfico e documental adotou o método dialético de Marx como subsídio metodológico. Assim se utilizou as categorias do método, como a historicidade, totalidade e contradição que se articulam e não interagem de maneira isolada.

Este estudo visou trabalhar na perspectiva do Método Materialista Histórico e Dialético, que foi a base para compreender os processos de trabalho dos Assistentes Sociais. Sendo assim, é pertinente compreender que o “método pode-se

definir como caminho para se chegar a um determinado fim” (GIL, 2007, p. 26), isto é, a forma que se pretende estudar e como prosseguir.

Partindo dessas colocações, neste trabalho foi utilizado o método dialético-crítico, que pode ser considerado um conceito bastante antigo, pois “Platão utilizou-o no sentido da arte do diálogo” (GIL, 2007, p. 31). O termo era utilizado ainda, na antiguidade, para significar a lógica.

Já na concepção moderna funda-se na teoria do filósofo Hegel que argumenta que a “lógica e história da humanidade seguem uma trajetória dialética, nas quais as contradições se transcendem, mas dão origem a novas contradições que possam requerer soluções” (Gil, 2007, p. 31). Porém Gil descreve que Karl Marx e Friedrich Engels criticam a dialética hegeliana porque possui natureza idealista, pois os autores “apresentaram-na em bases materialistas, ou seja, admitindo a hegemonia da matéria em relação às ideias” (Gil, 2007, p. 31).

Ainda para Gil (2007), o materialismo dialético pode ser entendido como o modo de compreender a realidade e fundamenta-se em três princípios, destacando-se a unidade dos opostos, quantidade e qualidade e a negação da negação.

Reforçando este enfoque Gil (2007, p. 32) diz que:

A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc. Por outro lado, como a dialética privilegia as mudanças qualitativas se torne norma. Assim, as pesquisas fundamentadas no método dialético distinguem-se bastante das pesquisas desenvolvidas segundo a ótica positivista, que enfatiza os procedimentos qualitativos (GIL, 2007, p.31).

O método crítico-dialético permitiu conhecer, compreender a realidade social e suas diferentes formas de organização e manifestação, ou seja, o método proporciona explicações coerentes, lógicas e racionais aos fenômenos do pensamento, sociedade e natureza (TRIVIÑOS,1987). Assim é por meio dele que se encontrou subsídios para compreender a necessidade de um maior acompanhamento das famílias beneficiadas pelo PBF no município de São Borja - RS, bem como perceber se a maneira que o Programa vem sendo conduzido está proporcionando mudanças nas condições de vida do usuário do Programa.

Sendo assim, dentro do estudo os caminhos metodológicos a serem seguidos através do Método Dialético-Crítico têm como base fundamental as categorias

teóricas, como a Historicidade, Totalidade e Contradição. A categoria “totalidade é mais do que a soma das partes que a constituem” (KONDER, 2004), isto é, consiste em não levar em conta somente as particularidades sociais, econômicas e culturais, mas considerar também as questões estruturais, que estão ligadas ao cotidiano dos usuários.

Corroborando nesse sentido, Konder (2004, p.37) diz que:

A visão de conjunto - ressalve-se - é sempre provisória e nunca pode pretender esgotar a realidade a que ele se refere. A realidade é sempre mais rica do que o conhecimento que a gente tem dela. Há sempre algo que escapa às nossas sínteses; isso, porém, não nos dispensa do esforço de elaborar sínteses, se quisermos entender melhor a nossa realidade. A síntese é a visão de conjunto que permite ao homem descobrir a estrutura significativa da realidade com que se defronta, numa situação dada. E é essa estrutura significativa - que a visão de conjunto proporciona - que é chamada de totalidade (KONDER, 2004, p.37).

Falar de totalidade é dar visibilidade as relações sociais, ao contexto social e as condições em que o sujeito está inserido, ou seja, os sujeitos não são seres isolados, mas sofrem influências pela natureza, cultura, sentimentos, pessoas e sociedade. Há conexão e inter-relações em diversas áreas, bem como política, social, econômica, biológica e psicológica.

Já a categoria historicidade trás que os sujeitos são essencialmente históricos e possuem trajetórias diferentes dentro do contexto social, econômico e cultural. Nesse sentido Kosik (1976, p.145, 146) discorre que:

[...] a dialética considera a história como unidade de absoluto no relativo e de relativo no absoluto, como um processo em que o humano, o universal e o absoluto se apresentam seja sob aspecto de um pressuposto geral, seja também sob o de um resultado histórico particular.  
A história é história apenas enquanto abrange, juntamente com a historicização segundo o condicionamento, também a historicidade do real: porque ela abrange tanto a historicidade condicionada que passa, cai no passado e não retorna, quanto a historicidade funcionante, a criação daquilo que não passa, daquilo que se cria e se produz. Sem por isto deixar de ser uma existência histórica e sem abandonar a esfera histórica, o homem (no sentido de virtualidade real) se encontra acima de toda ação ou circunstancia histórica e pode, portanto, estabelecer um critério para a sua avaliação (KOSIK, 1976, p. 145-146).

Descrever sobre historicidade é compreender que nada existe por acaso, tudo existe devido a uma história. Assim, buscou-se nesse estudo dar visibilidade ao contexto histórico da Política de Assistência Social e sua operacionalização,

chegando aos Programas de Transferência de Renda, bem como o Programa Bolsa Família, dando maior atenção para a proposta, as condicionalidades e o objetivo real do Programa enquanto renda para muitas famílias brasileiras e sua efetivação.

Neste caso foi necessário articular elementos políticos, sociais e econômicos, trazendo informações que demonstrem a necessidade de Programas como este e a relevância do acompanhamento dos profissionais de Serviço Social aos beneficiários do PBF para o rompimento do ciclo da pobreza no país.

A categoria contradição constitui-se como uma fonte do movimento e da transformação dos fenômenos. Esse movimento assim como nega, possibilita a criação de novas possibilidades de transformação.

Nesse aspecto, Triviños (1987, p.69) ressalta que:

No desenvolvimento existem elementos chamados contrários. Estes, no processo de transformação, são opostos. Mas não podem existir um sem o outro, apesar de possuírem algum aspecto importante ou essencial que o outro não possui. Não é possível, por exemplo, conceber a existência da burguesia sem a presença do proletariado. E, por outro lado, todos sabemos que essa classe social privilegiada é proprietária dos meios de produção. Os opostos estão em interação permanente. Isto é o que constitui a contradição, ou seja, a luta dos contrários. Desta maneira, a contradição é a fonte genuína do movimento, da transformação dos fenômenos. Dialeticamente, tanto na unidade como na luta existe movimento. Na luta, o movimento é absoluto; na unidade, relativo. Os contrários interpenetram-se, porque em sua essência têm alguma semelhança, alguma identidade, que se alcança quando se soluciona a contradição, quando se realiza a passagem dos contrários de um para o outro (TRIVIÑOS, 1987, p.69).

Ao conhecer a realidade e desvendar as inter-relações é possível identificar que contradições se fazem presentes. O PBF tem contribuído, por exemplo, com a melhoria de algumas condições materiais dos beneficiários, mas também pode servir como ferramenta de conformação e diminuição da pressão sobre o Estado, fortalecendo a manutenção da pobreza, impossibilitando que a PNAS e demais Políticas viabilizem ações significativas que contribuam na superação da pobreza.

Nesse contexto é possível explicar esta situação através das falas dos sujeitos, descritos nos questionários utilizadas no processo de monitoramento do Projeto de Intervenção, recurso metodológico aplicado no percurso do Estágio Supervisionado. Assim, a usuária expressa o que mudou após sua inclusão no PBF:

FAMÍLIA 01- Mudou muito, hoje minha família tem alimento, roupa. Meus filhos têm uma roupa decente para vestir e um chinelo para calçar. Consigo manter eles na escola, pagar a luz e a água.

A Seguir, apresenta-se uma breve retrospectiva do Processo de Trabalho do Serviço Social, de modo particular, os desafios do profissional, as competências Teórico-metodológica, Ético-política e Técnico-operativa. Além disso, apresenta-se uma síntese, contendo as problematizações acerca do acompanhamento realizado às famílias beneficiárias pelo PBF que frequentam o grupo de mulheres no CRAS Centro do município de São Borja-RS e as experiências vivenciadas durante o percurso de Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II.

## **5 CONHECENDO O PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL: DISCUTINDO REALIDADES E POSSIBILIDADES**

Neste capítulo, busca-se apresentar uma reflexão sobre o Processo de Trabalho no Serviço Social, apontando uma breve história do percurso da profissão, entendendo que é por meio desta categoria fundamental, que se obterá clareza em sua compreensão. Destaca-se ainda que o profissional de Serviço Social tenha sido um dos agentes profissionais aptos para intervir e iluminar a leitura da realidade, através de um conjunto de conhecimentos e habilidades (IAMAMOTO, 2012).

Desta forma, na perspectiva de fomentar a importância do acompanhamento<sup>2</sup> como um instrumento de trabalho direcionado para as famílias beneficiadas pelo programa, apropriando-se das demandas presentes no cotidiano do usuário, o profissional do Serviço Social, intervém através de suas ações possibilitando a politização dos usuários, emancipação, informação, acesso às políticas de Saúde, Educação, aos Direitos Sociais, aos Benefícios Eventuais, Habitação e outros. De acordo com a Constituição Federal de 1988, no art.6º:

São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 2011, p.7).

Partindo dessas afirmações é necessário resgatar a história do Serviço Social e perceber que a profissão vem marcada por um processo de distanciamento de legitimidade. Até a década de 40 ela não passava de uma recompensa oferecida, voluntariamente, pela bondade da sociedade. A ação do Serviço Social era pautada

---

<sup>2</sup> A palavra acompanhamento significa a ação de acompanhar, dar continuidade. Neste caso o acompanhamento que se propõe vai além do que esta previsto no Programa Bolsa Família, ou seja, é dar seguimento ao processo de trabalho por meio de ações que ultrapassam os limites impostos pela Política e Programas Socioassistenciais.

nas potencialidades dos grupos, indivíduos e comunidades, na perspectiva de aflorar energias para o autodesenvolvimento, “negava-se a assistência pela dependência nela implícita, que se contrapunha a concepção de autopromoção, como resultado da capacitação das potencialidades de indivíduos, grupos ou comunidades” (SPOSATI, 2010, p. 44).

Desta forma o Serviço Social em um período de pós-guerra, no ano de 1946, desenha um novo pacto que exige organização do empresariado para homogeneizar suas ações solicitando uma nova situação perante a força de trabalho, surgindo então um novo processo histórico. Nessa linha de raciocínio, Carvalho (1981 apud. SPOSATI, 2010. p.46) diz que “o enfrentamento da questão social aparece assim teorizando sob uma ótica revolucionária”.

No entanto, o Serviço Social em decorrência do esforço de teorização e na busca de sistematizar seus conhecimentos e se apropriar de maior cientificidade caminhou na perspectiva da dicotomização entre assistência e promoção social. É importante ressaltar que:

São chamadas de assistência as atividades de pronto-socorro social, ou sejam, as de ajuda material ou financeira destinadas a população com problemas de subsistência, em geral procedidas por voluntários ou auxílios. Tais atividades passam a ser relegadas pelos profissionais de Serviço Social, tanto pelo seu caráter paliativo e clientelístico, quanto pelas limitações que traziam à afirmação do assistente social como profissional no quadro institucional (SPOSATI, 2010, p.46-47).

Nos anos 1960, o Serviço Social começa a evidenciar o conteúdo político em sua prática, que se fortalecerá na década de 1970. Nesta direção haverá um despertar, a partir do Movimento de Reconceituação do Serviço Social que permitirá resgatar os componentes teórico-metodológicos possibilitando o desmascaramento entre os Assistentes Sociais e conseqüentemente surgem novas formas de apreensão da realidade, compreensão crítica e política de sua prática. O Período de Reconceituação permitiu que os Assistentes Sociais se separassem criticamente do aparente de suas atividades, ou seja, passaram a viabilizar suas atividades na perspectiva de cumprirem fins sociais que estavam em posições estruturais e antagônicas (SPOSATI, 2010).

Nesse contexto é pertinente descrever que a partir de 1979, a prática profissional vai se aprofundando e sistematizando para a transformação das

condições opressivas de vida da população consubstanciam a corrente hegemônica na profissão. Apresentam em pauta profissional duas “saídas”, a racional-modernizadora e a política-transformadora; deste modo, ambas possuem um ponto em comum, a negação da assistência, “esta não se dá nem nas soluções tecnocráticas do planejamento social nem nas estratégias de transição social pautadas na organização popular” (SPOSATI, 2010, p.53).

Segundo Sposati (2010, p.53):

Superar a leitura fetichizada do assistencial no Serviço Social é movimento que vai além da questão profissional. Implica de um lado, apreender o assistencial como mecanismo histórico presente nas políticas brasileiras de corte social. De outro, criar estratégias para reverter essas políticas na conjuntura da crise da sociedade brasileira para interesses populares (SPOSATI, 2010, p.53).

Para melhor compreensão é necessário descrever que a atuação do Serviço Social na condução dos Programas Sociais vem se constituindo historicamente como uma das atribuições do profissional. Inserida na prestação de serviços assistenciais a Política de Assistência Social tem sido uma mediação fundamental para o exercício profissional. Embora o profissional de Serviço Social desenvolva seu trabalho em diversas políticas sociais, com diferentes profissionais, na Assistência Social estão presentes as demandas mais expressivas e diversas (YAZBEK, 2006).

É de suma importância a atuação do Serviço Social na condução dos Programas Sociais, bem como o Programa Bolsa Família, pois é um profissional que possui atribuições, competências, instrumentos e conhecimentos apropriados e consistentes que qualificam o atendimento aos usuários nas instituições públicas e ou privadas. E ainda é um mediador entre o usuário-Programa e usuário-instituição, numa dinâmica contraditória, pois, ao cumprir com os objetivos previstos pela instituição, busca o reconhecimento dos interesses dos usuários com que trabalha (YAZBEK, 2006).

É importante considerar que o Serviço Social como profissão, é uma especialização inserida na divisão social e técnica do trabalho que permite que o Assistente Social seja um trabalhador que desenvolve um processo de trabalho pautado nas contribuições de Marx, presente na obra O capital. Reforçando essa linha de pensamento Prates (2003, p.107-108) diz que:

Segundo as quais um processo de trabalho é composto por: uma atividade para chegar a uma finalidade (o próprio trabalho); a matéria a que se aplica o trabalho (o objeto de trabalho); os meios de trabalho (coisas ou complexo de coisas que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho-força física, química, mecânica, intelectual, materiais, salas, fabricas, a terra, a estrada); e o instrumental (ferramentas e técnicas) (PRATES, 2003, p.107-107).

Seguindo este raciocínio, é pertinente salientar que o trabalho do Assistente Social na sociedade capitalista, produz valor de uso, é o serviço que é oferecido aos grupos, à comunidade, às instituições, aos usuários, às organizações, enquanto o valor de troca caracteriza-se pelo preço pago por esse serviço no mercado de trabalho (PRATES, 2003).

O Serviço Social consiste em uma estrutura centrada em elementos que estão presentes historicamente na atuação dos Assistentes Sociais, na qual definiram, marcaram e produziram a profissão na sua trajetória. Tais elementos foram considerados como valores de uso, criado pela profissão no mercado de trabalho, ou seja, o profissional. Nessa perspectiva, os profissionais operacionalizam serviços que produzem mais valia, são profissionais que participam de segmentos de trabalhadores, excluídos sociais e da reprodução social (GENTILLI, 2006).

Entretanto, os valores de uso vão adquirindo algumas características que a profissão operou ao longo da história das Políticas Públicas que se materializam através de Programas, Políticas e Ações Governamentais, no Estado ou na Sociedade Civil composta por entidades filantrópicas, organizações populares, patronais, sindicais e outros. Apropriando-se dos seus melhores desempenhos com o intuito de incluir os cidadãos excluídos dos direitos de cidadania e de viabilizar mínimos distribuídos conjuntamente (GENTILLI, 2006).

No entendimento de Gentilli (2006, p.12):

O assistente social tem que se defrontar com tal realidade, uma vez que sua ação profissional é derivada de uma relação de trabalho com outra qualquer. Nesse sentido, a ação profissional é vista de um ângulo diferente. Não deriva de uma relação pensada em termos da teoria ação ou da teoria da práxis, como costumávamos concebê-la. Esta concepção trabalha as dificuldades da profissão em termos de sua relação enquanto processo de trabalho, que elege um objeto, que se transforma e gera um produto (GENTILLI, 2006, p.12).

Conseqüentemente “tais circunstâncias levaram os profissionais à condição de vendedores da sua força de trabalho, colocando necessidade de uma nova

mediação referente ao atributo que somente a mercadoria possui que é a consciência” (GENTILLI, 2006, p.12).

Vale destacar que o profissional precisa ter consciência que mesmo que obtenha de uma autonomia relativa, deve trabalhar na perspectiva de que é um profissional que possui na base da sua profissão um código de ética profissional, um projeto ético político e diretrizes curriculares da profissão que lhes dão respaldo, embasamento e condições para realizar uma intervenção de qualidade.

Nesse contexto, o profissional do Serviço Social realiza um conjunto de atividades na instituição, fazendo uso de instrumentais, tais como a visita domiciliar e entrevista. Porém, devido às políticas verticalizadas e de cunho neoliberal é possível identificar a dificuldade na condução de seu processo de trabalho, principalmente no que diz respeito aos encaminhamentos necessários, a partir das demandas que vão sendo identificadas durante o processo de entrevista e visita domiciliar, o parecer social (que conste a real situação do usuário), a escuta sensível e a observação. Vale lembrar que “a escuta Reflexiva na prática profissional permite identificar outras situações de vulnerabilidade que não são apresentadas inicialmente pelo usuário” (SPEROTTO, 2009, p.34).

É importante salientar que tais problemas resultam de diversos fatores. Dentre esses, pode-se citar a precarização do trabalho, a sobrecarga de trabalho, excesso de demandas profissionais, contratos de caráter emergenciais e temporários, entre outros.

Nesse contexto é importante compreender que o profissional do Serviço Social trabalha e acompanha a expansão das organizações socioassistenciais, não sendo possível esquecer que o Assistente Social é contratado e assalariado para oferecer seu trabalho nas instituições públicas ou privadas, ou seja, “o profissional é assalariado, contratado por essas organizações e submetido às suas regras” (TORRES, 2009, p. 206).

Nesse sentido Torres (2009, p. 211) ressalta que:

Quando é contratado, recebe seu salário em troca da prestação de serviços para a qual ele coloca em movimento seus saberes para dar conta das questões apresentadas pela organização que o contratou e pelos usuários. Na execução do seu exercício profissional, o assistente social já encontra em seu local de trabalho atividades previamente estabelecida pelo empregador e ou gestor (TORRES, 2009, p. 211).

Assim como outros profissionais, o profissional de Serviço Social “está submetido a um conjunto de determinações sociais inerentes ao trabalho na sociedade capitalista” (TORRES, 2009, p. 206), prestando serviços em diversas áreas como educação, saúde, habitação, gestão, docência, Assistência Social entre outras, o que compromete diretamente a autonomia, limitando a construção de respostas profissionais (TORRES, 2009).

Nas palavras de Torres (2009, p. 207) é possível ver que:

Ao assumir os objetivos da organização como os da própria profissão, parcela dos Assistentes Sociais demonstra a dificuldade em reconhecer suas atribuições e competências a partir dos instrumentos analíticos e interventivos presentes no exercício profissional. Explicando melhor: quando o trabalhador é contratado, espera-se dele que cumpra com as atribuições determinadas por seu empregador (TORRES, 2009, p.207).

As implicações desse processo incidem na autonomia relativa no exercício profissional, pois esta autonomia é determinada a partir da compra e venda da força de trabalho especializada, ou seja, o profissional, ao vender sua força de trabalho, descobre que os empregadores são os que determinam o trabalho do Assistente Social e quais necessidades sociais devem responder. Tal relação interfere decisivamente no trabalho e na intervenção do profissional (IAMAMOTO, 2012).

Nas palavras de Iamamoto (2012, p. 215):

*O significado social do trabalho profissional do assistente social depende das relações que estabelece com os sujeitos sociais que o contratam, os quais personificam funções diferenciadas na sociedade (IAMAMOTO, 2012, p.215).*

Além disso, com o desenvolvimento do capitalismo e o crescimento econômico, se percebe diversas contradições existentes neste modo de produção, trazendo como consequência a competição entre os indivíduos em busca de uma oportunidade no mercado de trabalho e a fragilização das relações do trabalho (TORRES, 2009).

Como resultado das transformações e fragilizações no Sistema Capitalista, vive-se na atualidade um intenso desenvolvimento de informalização e precarização do trabalho, bem como, o trabalho atípico, o cooperativismo, terceirizados, voluntário, contratos, empreendedorismo entre outros. Ou seja, uma “eclosão generalizada do desemprego estrutural em escala transnacional é a expressão-limite mais aguda e trágica dessa destrutividade presente no mundo do trabalho” (ANTUNES, 2011, p. 407-408).

Na atualidade a informatização e seus distintos modos de ser, tornou-se um dos instrumentos constitutivos para o crescimento e acumulação do capital, pois a informalidade permite que o trabalho esteja submetido a contratos temporários, sem carteira de registro e sem estabilidade. Neste sentido, o autor descreve algumas modalidades de informalidade bem como os trabalhadores informais tradicionais, trabalhadores informais assalariados sem registro e os trabalhadores informais por conta própria. É nessa conjuntura que se caracteriza um processo de precarização estrutural e degradação do trabalho (ANTUNES, 2011).

É nesse contexto que o profissional de Serviço Social precisa compreender que “a organização não pode ser entendida apenas como um bloco monolítico, mas como um espaço contraditório onde se travam lutas pela operacionalização da prestação dos serviços socioassistenciais” (TORRES, 2009, p. 217). Não reconhecer e negar as contradições nos espaços socio-ocupacionais pode comprometer o exercício do profissional, dificultando dar visibilidade à organização e ou instituição como espaço de construção de respostas profissionais concretas e de espaços de superação (TORRES, 2009).

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que a instituição determina o trabalho e atribuição do Serviço Social, “o profissional pode também propor alternativas interventivas com base na análise das condições objetivas de vida do usuário, no conhecimento da rede de proteção e de atendimentos socioassistencial e no conhecimento da realidade social” (TORRES, 2009, p. 217).

Ainda na visão de Torres (2009, p. 207):

Se o profissional não mantém um distanciamento analítico que lhe possibilite examinar as condições em que seu trabalho se efetiva, isso pode não só comprometer o que faz, mas também, a própria visibilidade e as implicações desse fazer (TORRES, 2009, p. 207).

Dessa forma, esse distanciamento é construído pelo profissional por meio de alguns pilares de sustentação como o conhecimento das condições objetivas em que o trabalho do profissional se realiza, as condições de vida dos usuários, o conhecimento da realidade social e a identificação das demandas durante o atendimento e não somente as indicadas pela instituição (TORRES, 2009).

Além disso, a observação, a investigação crítica, reunião, realização de encaminhamentos, conversas informativas e entrevista, é o que “acompanha desde

o primeiro contato com o usuário até o encerramento da intervenção, permitindo adquirir diferentes formas [...] atendendo aos objetivos que o profissional planejou”. (SPEROTTO, 2009, p.46).

Nesta contextualização, o profissional do Serviço Social deve estar subsidiado pela Lei de Regulamentação da Profissão que define e classifica suas ações em competências e atribuições, ou seja, são ações exclusivas e obrigatórias dos profissionais. Portanto é pertinente destacar a grande importância do profissional ter clareza sobre as suas ações profissionais para que o trabalho do profissional esteja qualificado. Na referida Lei destaca-se:

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

- I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;
- II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;
- III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;
- IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;
- V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;
- VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;
- VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;
- VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;
- IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;
- X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;
- XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;
- XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;
- XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional. (BRASIL, 1993, s/p).

O Serviço Social é uma profissão que atua intervindo e orientando os indivíduos sobre os direitos sociais. Sendo assim, para que se materializem essas ações é necessário que o profissional construa e identifique objetivos e objetos durante sua intervenção a fim de responder as demandas sociais colocadas pelo mercado de trabalho e pela realidade atual. Neste caso, precisa criar possibilidades

de ações como: investigar, desvendar a realidade, coordenar, planejar, pesquisar, refletir criticamente e construir propostas de trabalho capazes de efetivar os direitos, emancipar os sujeitos, contribuindo de fato com a universalização de direitos sociais.

Isso requer do profissional o domínio de três dimensões importantíssimas na contemporaneidade, as quais devem ser de domínio do Assistente Social. Nessa perspectiva vale destacar a competência ético-política, que permite que o profissional tenha um posicionamento político frente às questões que aparecem na realidade e tenha clareza de qual é a direção da sua prática. A competência teórico-metodológica possibilita que o profissional conheça a realidade social, econômica e cultural que está inserido, a apreensão e rigor do teórico e metodológico permite que o Assistente Social enxergue a dinâmica da sociedade para além dos fenômenos aparentes, buscando apreender sua essência (SOUZA, 2006).

Já a competência técnico-operativa propicia ao profissional conhecer e se apropriar e, sobretudo, criar um conjunto de habilidades técnicas que lhe permitam desenvolver ações profissionais junto à população usuária e as instituições contratantes, garantindo uma inserção de qualidade. É fundamental que as três dimensões não sejam desenvolvidas separadamente, pois se isso acontecer, o profissional cairá nas armadilhas da fragmentação e da despolitização, gerando uma inserção desqualificada, ferindo os princípios éticos fundamentais que orientam a ação profissional. No entanto, é preciso destacar que articular estas três dimensões tem sido o grande desafio para os profissionais na contemporaneidade (SOUZA, 2006).

Além disso, o objetivo do profissional Assistente Social deve ser o de realizar seu trabalho interligado com o Projeto ético-político, o Código de Ética, a Lei de Regulamentação da Profissão e outros recursos teóricos que dão base a suas ações, nos espaços sócio-institucionais, viabilizando a garantia de acesso dos usuários aos direitos sociais básicos. Para isso é preciso lembrar ainda que o acesso do usuário só é possível até onde a autonomia relativa do profissional pode chegar. Corroborando neste sentido, Iamamoto (2012, p.416) diz que:

Verifica-se uma tensão entre projeto profissional, que afirma o assistente social como um ser prático dotado de liberdade e teleologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social; e a condição de trabalhador assalariado, cujas ações são submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições extremas aos indivíduos singulares, as quais são socialmente forjadas a subordinar-se ainda que coletivamente possam rebelar-se (IAMAMOTO, 2012, p.416).

Partindo dessas colocações é preciso descrever que é no contexto da globalização mundial que o capital se expande e unem-se as instituições financeiras aos grupos industriais, como os bancos, as sociedades financeiras, as companhias de seguro, fundos de pensão e outros. “Sobre hegemonia do capital financeiro da aliança entre o capital bancário e o capital industrial, que se testemunha a revolução técnico-científica de base microeletrônica” (IAMAMOTO, 2008.p.18).

Com novos padrões de produção e condução do trabalho “os investimentos financeiros tornam a relação social do capital com o trabalho aparentemente invisível” (IAMAMOTO, 2012, p. 21) e conseqüentemente a redução da demanda de trabalho, o aumento de “desigualdades e o contingente de destituídos de direitos civis, políticos e sociais” (IAMAMOTO, 2012, p. 21). Assim, vê-se o agravamento das múltiplas expressões da Questão Social, que é a “base da fundação do Serviço Social como especialização do trabalho” (IAMAMOTO, 2008, p.27).

Com isso, desde a reformulação da profissão em 1993, o objeto de trabalho do Assistente Social passou a ser a Questão Social, que é produzida pela relação capital e trabalho no sistema capitalista, que tem o mercado como centro das estruturas políticas, sociais e econômicas. Os profissionais Assistentes Sociais trabalham com a Questão Social nas suas mais variadas expressões cotidianas, as quais se materializam na vida dos usuários por meio do trabalho, da família, da área habitacional, da saúde, da assistência social, educação etc.

Desta forma, verifica-se que “a Questão Social sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem” (IAMAMOTO, 2008, p.28). Neste caso é oportuno lembrar que a classe trabalhadora muitas vezes não reconhece que muitas demandas existentes em suas vidas, não são de inteira responsabilidade deles e sim, são ocasionados involuntariamente, através do sistema capitalista, tornando-se vítimas de uma violência estrutural, e assim não conseguem se fortalecer, e reunir subsídios para elaborar formas legais de resistência.

Portanto, é nesse contexto que o trabalho do Assistente Social entra com o objetivo de informar os usuários sobre seus direitos, trabalhando na perspectiva de politização do sujeito, fazendo com que ele se reconheça nesse processo de exploração, como diz lamamoto (2008), ao afirmar que:

Questão social apreendida como o conjunto das expressões da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade [...]. Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resiste e se opõe. (IAMAMOTO, 2008, p.27-28).

É nessa conjuntura que o trabalho e a formação profissional encontram-se estreitamente conectados na resposta a um desafio comum, o seu enraizamento na história contemporânea, que permita qualificar o desempenho do Assistente Social possibilitando a atualização e a adequação do projeto ético-político do Serviço Social aos novos tempos, contribuindo com a construção da cidadania, a defesa da esfera pública, o cultivo da democracia, parceira da equidade e da liberdade (IAMAMOTO, 2008).

Reforçando este enfoque lamamoto (2008, p.19) diz que:

Em primeiro lugar, para garantir uma sintonia do Serviço Social com os tempos atuais, é necessário romper com uma visão endógena, focalista do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos. Alargar os horizontes, olhar mais longe, para o movimento das classes sociais e do Estado em suas relações com a sociedade; não para perder ou diluir as particularidades profissionais, mas, ao contrário, para iluminá-las com maior nitidez. Extrapolar o Serviço Social para melhor apreendê-lo na história da sociedade da qual ele é parte e expressão. É importante sair da redoma de vidro que aprisiona os assistentes sociais numa visão de dentro e para dentro do Serviço Social, como condição para que se possa captar novas mediações e requalificar o fazer profissional, identificando suas particularidade e descobrir alternativas de ação (IAMAMOTO, 2008, p.19).

Além disso, é fundamental que o profissional de Serviço Social tenha o entendimento de que precisa construir novas propostas de trabalho, desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade, ser um profissional criativo e propositivo, viabilizando a efetivação dos direitos, a partir das demandas que surgem no cotidiano dos usuários. Ser um profissional que planeje e não apenas execute as suas intervenções (IAMAMOTO, 2008).

O momento em que vivemos é um momento pleno de desafios. Sendo assim mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários (IAMAMOTO, 2008, p.17).

O objetivo deste capítulo foi fazer um breve retrospecto sobre o Processo de Trabalho do profissional de Serviço Social, com o intento de discutir e clarificar realidades acerca da prática desse profissional na contemporaneidade. No próximo tópico busca-se apresentar uma síntese das observações durante o percurso do Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II, com o objetivo de relatar as experiências vivenciadas nesse processo.

### **5.1 Síntese dos Resultados – O Serviço Social na Condução do Programa Bolsa Família**

Neste ponto serão apresentadas as observações realizadas durante o Estágio Supervisionado I e II, propõe-se fazer uma síntese, com o intento de relatar as experiências vivenciadas nesse processo. Foram utilizados como recurso metodológico a observação, a fala dos sujeitos, questionários, cartilhas e conversas informais com os beneficiários do PBF e com a profissional de Serviço Social. O intuito consistiu em informar os usuários sobre seus direitos, realizar encaminhamentos necessários a partir das demandas presentes no cotidiano das famílias. Esse movimento foi fundamental, possibilitou fluir de acordo com o que se buscava investigar e conhecer. Tais informações coletadas durante as observações e intervenções deram sustentação à temática e contribuíram com o processo de construção e andamento desse trabalho.

Partindo dessas considerações verifica-se que o profissional de Serviço Social atua como um mediador de conflitos entre as classes sociais. É um agente que trabalha na perspectiva de combater as mazelas causadas pelo Sistema Capitalista presentes no cotidiano dos usuários, bem como a desigualdade social, a exploração, pobreza, precarização das relações do trabalho, fome entre outros (ALBERNAZ et al., 2009).

É uma categoria profissional que tem o compromisso com a ampliação dos direitos sociais universais, propiciando meios aos usuários para o exercício de sua cidadania acessando as políticas e direitos sociais garantidos constitucionalmente, bem como, decifrar e conhecer as necessidade e demandas da população, a fim de qualificar os serviços prestados (ALBERNAZ et al., 2009). No que tange este assunto lamamoto (2008, p.78) descreve que:

Colocar os direitos sociais como foco do trabalho profissional é defendê-los tantos em sua normatividade legal, quanto traduzi-los praticamente, viabilizando a sua efetivação social. Essa é uma das frentes de luta que move os assistentes sociais nas microações cotidianas que compõem seu trabalho (IAMAMOTO, 2008, p. 78).

O Serviço Social dentro da instituição é permeado por desafios no campo da intervenção profissional. Ter possibilidades de responder de forma objetiva e eficaz às demandas apresentadas no cotidiano requer um aglomerado de elementos.

Diante do observado até o momento, é possível visualizar novas propostas de intervenção referente ao PBF, sendo que o profissional do Serviço Social deve tomar cuidado para não ficar realizando um trabalho apenas voltado às condicionalidades do Programa sem uma perspectiva crítica, ou seja, apenas operacionalizando a visita domiciliar, atualizando e fazendo novos cadastros, fiscalizando, excluindo e incluindo novos membros ao Programa.

Assim, identifica-se nesse estudo que o acompanhamento aos beneficiários deve ir além da simples observação do cumprimento das condicionalidades, por meio de ações que dêem subsídios às famílias para que essas possam avançar e deixar a situação de pobreza e extrema pobreza a que estão submetidas.

São muitos os desafios presentes na Política de Assistência Social, o que permite que o profissional por vezes caia na armadilha de somente operacionalizá-la. Nesse modo vale descrever as duas grandes tendências presentes no âmbito da Assistência Social e no CRAS que a intervenção profissional precisa superar.

A primeira é de restringir a atuação aos atendimentos emergenciais a indivíduos, grupos ou famílias, o que pode caracterizar os CRAS e a atuação profissional como um grande plantão de emergências, ou um serviço cartorial de registro e controle das famílias para acessos a benefícios de transferência de renda. A segunda é de estabelecer uma relação entre o público e o privado, onde o poder público transforma-se em mero repassador de recursos a organizações não governamentais, que assumem a execução direta dos serviços sócio-assistenciais. Esse tipo de relação incorre no risco de transformar o (a) profissional em um (a) mero (a) fiscalizador (a) das ações realizadas pelas ONGs e esvazia sua potencialidade de formulador (a) e gestor (a) público (a) da política de Assistência Social (CEFESS, 2007, p.31).

É importante que o profissional trabalhe na perspectiva de contribuir com a politização dos sujeitos, onde os usuários se reconheçam dentro do processo de exploração, o profissional deve contribuir para o acesso dos usuários, no que tange

os direitos sociais e a emancipação dos mesmos. Nesse sentido as considerações feitas por Iamamoto, (2008) são oportunas para pontuar esta questão:

O momento presente desafia os assistentes sociais a se qualificarem para acompanhar, atualizar e explicar as particularidades da questão social nos níveis nacional, regional e municipal, diante das estratégias de descentralização das políticas públicas. Os assistentes sociais encontram-se em contato direto e cotidiano com questões da saúde pública da criança e adolescente, da terceira idade, da violência, da habitação, da educação etc..acompanhando as diferentes maneiras como essas questões são experimentadas pelos sujeitos (IAMAMOTO, 2008, p.40).

Diante disso, vale destacar que a gestora do Programa no município de São Borja-RS possui formação em Serviço Social. Nesse caso percebe-se uma possibilidade de intervenção juntamente com a profissional Assistente social do Programa trabalhando na mesma perspectiva, com objetivos comuns, discutindo, pesquisando, planejando a intervenção, com o intuito de acompanhar as famílias beneficiárias. Tal situação permite o objetivo de qualificar os serviços prestados aos usuários, perceber e contemplar durante as visitas domiciliares outras demandas da família olhando para aquilo que não está visível, tendo o cuidado para que o trabalho do profissional não tenha foco apenas na realização de Cadastros e atualizações do Programa.

É necessário que o profissional do Serviço Social durante a execução de seu trabalho venha desvendar a realidade dos usuários, realizando os encaminhamentos necessários, garantindo uma intervenção solidária e efetiva aos usuários, contribuindo para a politização dos mesmos, tendo como foco principal o objeto de trabalho do profissional, a Questão Social e suas diversas expressões de desigualdade e resistência para que evite cair nas armadilhas da fragmentação.

Outro aspecto a ser pontuado durante o estágio é em relação à dificuldade de se articular a teoria e a prática, de articular a competência ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, as quais são fundamentais para que a intervenção do profissional não venha cair no fatalismo, isto é, acreditar que a realidade já está posta e não possa ser transformada (SOUZA, 2006).

Partindo dessas colocações, o desafio é o de redescobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual, traçar novos horizontes para a formulação de propostas frente à Questão Social e suas diversas expressões que sejam justas com o modo de vida dos usuários, não visualizando o sujeito como

uma vítima, mas como alguém que luta pela preservação, conquista da sua vida e da sua humanidade (IAMAMOTO, 2008).

A partir dessas considerações, apreender a Questão Social é também perceber como os usuários a vivenciam, ou seja, desvelar as condições de vida dos indivíduos, grupos e as relações que ele estabelece. Isso permite ao profissional decifrar a realidade, as formas de luta, orgânicas ou não que estão sendo vivenciadas pela população. O profissional de Serviço Social precisa romper com a relação tutelar e de estranhamento com os sujeitos juntos aos quais trabalha, pois possibilitará um caminho fértil para novas propostas de trabalho (IAMAMOTO, 2008).

Portanto, é preciso que de fato o profissional coloque os direitos sociais e a Questão Social como foco do seu trabalho, ou seja, defendê-los em sua normativa legal e traduzi-los praticamente, viabilizando a sua efetivação social, pois essa é uma das frentes de luta que move os Assistentes Sociais nas microações cotidianas que compõem o seu trabalho (IAMAMOTO, 2008).

O que se propõe hoje no âmbito do Serviço Social é a produção de um conhecimento que rompa com a mera aparência e busque de fato aprender o que esta por trás dela, sua essência. Assim, é fundamental que o profissional mantenha sempre uma postura crítica, questionadora, não se contentando com o que aparece a ele imediatamente (SOUZA, 2006).

No que se refere às experiências adquiridas por meio do acompanhamento dos usuários do PBF, suas ferramentas, técnicas, estratégias utilizadas, com os usuários durante o percurso desse trabalho, percebe-se que essas dizem respeito ao contato durante o Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II, principalmente no momento de aplicação do Projeto de Intervenção. Tal projeto demonstrou por meio de seu desenvolvimento, que é de suma importância a criação de uma nova perspectiva de acompanhamento aos usuários do referido Programa.

O projeto de intervenção propôs enfatizar a importância desse acompanhamento, aos beneficiários do PBF no município de São Borja-RS, por parte dos profissionais do Serviço Social, na perspectiva de conduzir suas atenções para as vulnerabilidades e demandas das famílias atendidas, com o intuito de criar a oportunidade de repensar as maneiras como vêm sendo conduzidos e se estão proporcionando melhores condições de vida a seus usuários.

Teve início no meio do mês de Outubro de 2014 até o mês de Janeiro de 2015, voltado a 06 (seis) famílias beneficiadas pelo Programa, com o intuito de

acompanhar, conscientizar, politizar, informar as pessoas, possibilitando que se reconhecessem como sujeito de direito, ampliando seus conhecimentos sobre as Políticas Sociais, Direitos Sociais, Benefícios, Programas, Projetos do Governo Federal e os meios de acessá-los. Convém destacar que o acompanhamento ocorreu no grupo de mulheres do CRAS Centro, pois todas as usuárias são beneficiárias do Programa.

Os grupos de convivência são ofertados nos CRAS e possuem características centrais que visam como oportunizar o acesso as informações sobre os direitos, viabilizar aos usuários troca de vivências, possibilitar o desenvolvimento da autonomia do sujeito, incentivar a socialização, desenvolver potencialidades, fortalecer vínculos familiares e vínculos sociais necessários para o exercício de cidadania entre outros (BRASIL, MDS, 2010x).

Nesse contexto, percebe-se que o grupo é um espaço riquíssimo para que o profissional do Serviço Social possa construir respostas profissionais e potencializar a construção de conhecimento e compreensão política das famílias, possibilitar ao usuário pensar e refletir sobre suas condições de vida, ampliar as informações dos Planos, Projetos, Programas, Benefícios do Governo Federal, problematizar sobre os direitos sociais e políticas para o desenvolvimento da autonomia, particularidades dos sujeitos e emancipação dos usuários.

Ao acompanhar esse grupo, a primeira atividade realizada no projeto de intervenção foi uma dinâmica de apresentação, caracterizada como “Meu Sentimento”, com o objetivo de apresentação e entrosamento. Posteriormente, cada uma das usuárias deve retratar através de um desenho, o que estaria sentindo no momento e, logo após, deverá se apresentar dizendo o nome, de onde é e explanando sobre o que desenhou. O resultado foi surpreendente, pois elas se envolveram muito na atividade; algumas desenharam seus filhos, casa, flor, família, jardim, amor, tristeza entre outros.

Durante o acompanhamento e intervenção 02 (duas) usuárias relataram que estariam tristes naquele momento. Uma delas ao contar sua situação emocionou-se, pois havia sido roubada e enganada. Relatou que solicitou auxílio no caixa eletrônico de um banco a uma pessoa que não conhecia para realizar o depósito na sua conta, mas a pessoa ao invés de depositar na conta da proprietária do dinheiro depositou na própria conta, a beneficiária salientou ainda que o dinheiro que estaria guardando era para comprar seus móveis.

Assim, a orientação dada a esta usuária é que primeiramente vá até a delegacia registrar a ocorrência e posteriormente solicite no banco os dados que comprovem o depósito. Neste caso seria importante que o profissional do Serviço Social agendasse uma visita domiciliar para verificar a real situação dessa família para dar devida atenção a ela. Assim, a partir das demandas seria possível realizar os encaminhamentos necessários. Outra beneficiária relatou que sua família está com problemas e veio até o grupo de mulheres do CRAS para se distrair.

Atualmente o trabalho do profissional do Serviço Social na instituição é voltado ao PBF. As ações consistem na realização de visitas domiciliares para a realização de inclusão, exclusão e fiscalização do Programa. Percebe-se que as ações do profissional poderiam estar indo além, identificando e proporcionando ações que pudessem proporcionar transformações na vida dos usuários.

Para que isso ocorra é importante lembrar que o profissional do Serviço Social precisa ir além do objetivo institucional, além de fiscalizar as condicionalidades previstas pelo Programa e ter como foco de sua intervenção o objeto de trabalho profissional que é a Questão Social e suas variadas expressões.

Assim, observa-se que o ideal seria o profissional do Serviço Social realizar um acompanhamento minucioso e individual a cada família com ações, atribuições e competências profissionais da categoria, com o intuito de conhecer, desvendar a realidade dos usuários, ir além da imediatividade, planejar as intervenções para que não caia na rotina de somente executar e operacionalizar o Programa, lutar por melhorias nas condições de vida das famílias que se expressam no cotidiano, na maneira de pensar e viver dos beneficiários.

Como descrito por Iamamoto (2008, p. 76):

Foi afirmado que apreender a questão social é também aprender como sujeitos a vivenciam. Ora, desvelar as condições de vida dos indivíduos, grupos e coletividades com as quais se trabalha é um dos requisitos para que possa decifrar as diversas formas de luta, orgânicas ou não, que estão sendo gestadas e alimentadas, com inventividade pela população. É condição ainda para se perceber as aspirações, de os núcleos de contestação, a capacidade de imaginação e de invenção da sociedade aí presentes que contêm misturados elementos de recusa e afirmação do ordenamento social vigente (IAMAMOTO, 2008, p. 76).

Nesse contexto a descrição acima traz alternativas para que o profissional do Serviço Social mova-se pela vontade de manter-se junto à população atendida, com objetivos voltados aos interesses sociais da coletividade redescobrendo

possibilidades e alternativas para a intervenção profissional e ainda criar novos instrumentos que sejam mais condizentes com a realidade atual (IAMAMOTO, 2008).

Na visão de lamamoto (2008, p. 21):

É de uma ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Requer, pois ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional( IAMAMOTO, 2008, p. 21).

Durante o acompanhamento do grupo de mulheres foram realizadas 5 (cinco) intervenções, cada encontro planejado de maneira criativa e dinâmica, buscando identificar as demandas de cada usuária. No primeiro momento foi realizada a dinâmica de apresentação; logo após foi aplicado um questionário, respondido por 14 (quatorze) beneficiárias do Programa. Dentre as respondentes, as idades foram identificadas como variantes entre 25 (vinte e cinco) a 58 (cinquenta e oito) anos, sendo que a idade média das usuárias era de 38 (trinta e oito) anos. Assim é importante observar que entre as respondentes a maioria tem menos de 40 (quarenta) anos de idade.

O questionário era composto por perguntas relacionadas à Política de Assistência Social com o intuito de verificar o conhecimento das usuárias acerca da política, pois tais informações seriam relevantes para o planejamento da próxima intervenção. Verifica-se em diversas respostas dadas pelas beneficiárias que ambas não reconhecem a Assistência Social como um direito, mas como uma ajuda. Nota-se que de 14 (quatorze) respondentes, 02 (duas) delas responderam que é um direito, enquanto 01 (uma) delas não soube responder e as outras 11 (onze) responderam que é uma ajuda, ou seja, é um lugar onde recebem cesta básica e um centro de assistência para pessoas carentes.

Entre os aspectos analisados ao dialogar com as usuárias do grupo de mulheres, foi identificado que algumas usuárias já frequentam o CRAS do Centro há muitos anos. Neste caso foi possível pensar e refletir: Que tipo de atividades vêm sendo elaboradas pelos profissionais? Qual é o objetivo principal dos Grupos de Convivência nos CRAS? Será que é apenas um espaço onde se realiza artesanato, um lugar de distração e ou espaço de reflexões e/ou informações?

Nota-se a necessidade do profissional ter cuidado com a rotina, pois é parte determinante na intervenção, visto que ao fazer repetidamente as mesmas ações poderá levar a desqualificação do que é próprio do exercício do profissional do Serviço Social. Neste caso, planejar é um processo fundamental na intervenção do profissional. Além de planejar, articular o Projeto Ético Político da profissão com o planejamento são fatores que possibilitam dar visibilidade as respostas profissionais, oportunizando que o usuário reconheça a importância do trabalho desenvolvido pelo Assistente Social, não apenas no sentido de ter uma utilidade, mas um significado social (TORRES, 2009).

Dessa forma, o profissional do Serviço Social revela-se um profissional diferente, que em meio a tanta exploração, desigualdade, tem esperança e é ousado em lutar por universalização de direitos e por justiça social. Os Assistentes Sociais ao realizarem suas ações profissionais nos CRAS, nos movimentos sociais, organizações não governamentais (ONGs) e ou qualquer espaços de esfera pública ou privada devem “exercer a função de um educador político; um educador comprometido com uma política democrática” (IAMAMOTO, 2008, p. 79).

Como descrito por lamamoto (2008, p.21):

Responder a tal requerimento exige a ruptura com atividade burocrática e rotineira, que reduz ao trabalho do assistente social a mero emprego, como se esse se limitasse ao cumprimento burocrático de horário, á realização de um leque de tarefas as mais diversas, ao cumprimento de atividades preestabelecidas (IAMAMOTO, 2008, p. 21).

Partindo dessas colocações, a partir das respostas do questionário buscou-se esclarecer e discutir com o grupo de mulheres beneficiárias do Programa, a Política de Assistência Social e suas características, abordando o artigo 203 da Constituição Federal, buscando a identificação necessária que possibilitasse maiores discussões e reflexão no grupo, frisando que elas fazem parte de uma rede de proteção composta por um conjunto de diversos Programas Sociais, bem como as políticas de saúde, assistência social e educação.

Buscou-se também informá-las sobre alguns Programas, Serviços, Planos, Projetos do Governo Federal, bem como PBF, PRONATEC, Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), Educação Jovens e Adultos (EJA), Sistema Único de Saúde (SUS), Estratégia de Saúde da Família (ESF), CRAS, abordando a importância da família, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) que possui

caráter continuado e tem como foco principal fortalecer a função e proteção das famílias, prevenir a ruptura dos laços, contribuir para a melhoria da qualidade de vida e promover o acesso aos direitos sociais (BRASIL, MDS, 2010z).

As reflexões e discussões foram realizadas com base nos direitos sociais previsto no artigo Art. 6º da Constituição Federal, como o direito à educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados. Posteriormente utilizou-se o Art. 203 que diz que Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social (BRASIL, 2011).

O objetivo dessa reflexão era fazer com que as beneficiárias pudessem se reconhecer como pessoas de direitos e compreendessem que a Assistência Social não é uma caridade e sim um direito, sendo de responsabilidade do Estado prover meios para sua implantação.

Foi possível perceber que para as beneficiárias do PBF, a diferença entre ações do profissional do Serviço Social e a Assistência Social ainda não estão claras, pois ao perguntar sobre o que era a Assistência Social, muitas responderam se referindo a Assistente Social, caracterizando-a como boazinha e que lhes ajuda quando necessitam. Percebe-se que para as usuárias as ações e atribuições do profissional do Serviço Social estão intimamente ligadas à ajuda e que o trabalho desse profissional é desconhecido.

É oportuno descrever que apesar das conquistas profissionais na tentativa de romper radicalmente com a herança conservadora, onde a condutas profissionais eram filantrópicas, doutrinária e assistencialista, a profissão do Serviço Social ainda sente os impactos de sua identidade atribuída que persiste em permanecer (MARTINELLI, 2011).

Esse processo desafia os profissionais do Serviço Social a reafirmar a profissão através de uma postura crítica que assume a defesa dos direitos humanos severamente, afirmando os valores éticos e a emancipação, que rejeita as formas de arbítrio e autoritarismo, possibilitando o pleno crescimento dos usuários, viabilizando a construção de respostas profissionais coerentes às ações e atribuições do Serviço Social, para que a sociedade reconheça as ações do Assistente Social e o seu significado social (IAMAMOTO, 2008).

Nas palavras de lamamoto (2008, p. 80):

Dimensionar o novo no trabalho profissional significa captar as *inéditas mediações históricas* que moldam os processos sociais e suas expressões nos vários campos em que opera o Serviço Social (IAMAMOTO, 2008, p. 80).

O profissional do Serviço Social ao reconhecer seu trabalho, quais os meios de sua inserção, e ao colocar em movimento seus conhecimentos, instrumentos e técnicas em prática na realização do exercício profissional, poderá compreender o quanto é heterogêneo seu campo de trabalho. Os Assistentes Sociais ao realizarem suas intervenções profissionais precisam articular os princípios do Código de Ética com o Projeto Ético Político da profissão, pois ambos dão sustentação e legitimam a profissão (TORRES, 2009).

Para melhor compreensão é necessário descrever sobre significado do Código de Ética e o Projeto Ético Político (PEP) para a categoria profissional. O PEP é um projeto crítico que possibilita a construção de estratégias de luta contra o Sistema Capitalista e seus privilégios. “As estratégias podem se materializar em formas de debates, socialização de informações, políticas e programas sociais” (ALBERNAZ et al., 2009, p. 173).

Corroborando nesse sentido lamamoto (2008, p. 79-80) ressalta que:

Esse rumo ético-político requer um profissional informado, culto, crítico e competente. Exige romper tanto com o teorismo estéril, quanto com o pragmatismo, aprisionados no fazer pelo fazer, em alvos e interesses imediatos. Demanda competência, mas não competência autorizada e permitida, a competência da organização, que dilui o poder como se ele não fosse exercido por ninguém, mas derivasse das normas da instituição, da burocracia. O requisito é, ao inverso, uma competência crítica capaz de decifrar a gênese dos processos sociais, suas desigualdades e as estratégias de ação para enfrentá-las. Supõe competência teórica e fidelidade ao movimento da realidade; competência técnica e ético-política que subordine o como fazer ao que fazer e, este, ao dever ser, sem perder de vista seu enraizamento no processo social (IAMAMOTO, 2008, p.79- 80).

Já o Código de Ética dos Assistentes Sociais caracteriza-se como foco que ilumina e direciona o caminho a serem trilhados pelos profissionais. Neste documento estão previstos os princípios fundamentais que darão suporte para vencer os desafios que surgem no cotidiano do exercício profissional. Assim, faz-se necessário citar alguns deles:

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes- autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa e aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito e a diversidade, à participação de grupos discriminados e a discussão das diferenças (CEFES, 2012, p. 23).

Durante o acompanhamento do grupo de mulheres, o que chamou a atenção foi a baixa escolaridade entre as usuárias. Das 14 (quatorze) beneficiárias do Programa, 04 (quatro) delas nunca teve acesso à escola. Além disso, apenas 02 (duas) possuem o Ensino Médio Completo e as outras 08 (oito) beneficiárias possuem apenas o Ensino Fundamental Incompleto. Neste caso buscou-se problematizar sobre a Política da Educação, abordando a possibilidade de inserção das mesmas na EJA, mencionando que a Educação para Jovens e Adultos é uma oportunidade para que retornem aos estudos, pois essa modalidade de ensino é voltada às pessoas que não possuem idade escolar, oportunidade e acesso à educação e venham desenvolver e concluir o Ensino Fundamental e Médio.

Como resultado do acompanhamento e das escutas, 05 (cinco) beneficiárias do PBF demonstraram interesse em retornar aos estudos, de forma que foi solicitado o nome de cada uma das interessadas e em seguida tal lista encaminhada para o profissional do Serviço Social. Esse profissional estaria informando-as, realizando os encaminhamentos necessários com o intuito de verificar a possibilidade de inserção das usuárias a uma proposta de inclusão das mesmas, voltado a Programas de alfabetização de adultos. Posteriormente aplicou-se outro questionário contendo perguntas relacionadas ao PBF, bem como as condicionalidades, objetivos e os impactos do Programa na vida das beneficiárias.

Nesse processo percebe-se que o Programa tem proporcionado algumas mudanças materiais nas condições de vida das beneficiárias. Pôde-se perceber tais contribuições do Programa no conjunto de respostas das 14 (quatorze) usuárias, pois ao perguntar o que havia mudado em suas vidas a partir do acesso ao Programa, (questão 6) todas as respondentes relataram que obtiveram mudanças

significativas. Nota-se que nas respostas, elas descreveram que o benefício terminou com a miséria e a fome de suas famílias, melhorando suas condições de vida, permitindo-lhes administrar melhor seus lares. Além disso, com o acesso ao Programa foi possível manter os filhos na escola, comprar alimentação, roupas, calçados, material escolar, pagar as contas de água e luz. Ao finalizar suas respostas ressaltaram que o Programa mudou a vida de todos que o recebem.

Posteriormente, ao perguntar se havia a necessidade de acompanhamento e atenção dos profissionais do Serviço Social aos beneficiários do Programa, relaram em suas respostas que necessitam de tal serviço, pois algumas beneficiárias destacaram que nunca haviam recebido visita do profissional do Serviço Social do Programa em sua casa. Sendo assim, relataram que necessitam de mais visitas domiciliares e um maior acompanhamento do profissional, pois precisam de maiores informações sobre os seus direitos sociais e Políticas de saúde, educação, assistência social, previdência social, programas, serviços, projetos, benefícios, cursos profissionalizantes, auxílios e devidas orientações de como acessá-los.

Ainda no que se refere às falas e respostas das beneficiárias do Programa é possível identificar a angústia, as dúvidas e a dificuldade que as usuárias têm para reconhecer e acessar os seus direitos. Neste caso o acompanhamento do profissional do Serviço Social voltado a conhecer as demandas presentes no cotidiano dos beneficiários do PBF é fundamental, pois permite que os usuários que se encontram descobertos e vulneráveis, a partir da intervenção e encaminhamentos do profissional tenham acesso aos direitos oriundos das Políticas Públicas. Assim agindo, contribuirá com a ampliação das informações aos usuários, com a qualificação dos serviços prestados, com o processo de emancipação e conscientização dos mesmos.

Do ponto de vista de Iamamoto (2008, p. 80) percebe-se que:

Tal perspectiva reforça a preocupação com a qualidade dos serviços prestados, com o respeito aos usuários, investindo na melhoria dos programas institucionais, na rede de abrangência dos serviços públicos, reagindo contra a imposição de crivos de seletividade no acesso aos atendimentos (IAMAMOTO, 2008, p. 80).

Na sequência, a partir das respostas individuais de cada 01 (uma) das beneficiárias foi planejada a próxima intervenção com o intento de tentar sanar as dúvidas frequentes, informando-as e ampliando o conhecimento individual de cada

uma delas. Após, explanou-se sobre o Programa Bolsa Família, bem como sua caracterização, objetivos e condicionalidades para acessar o benefício. Neste caso, para melhor compreensão das beneficiárias do PBF foi necessário a distribuição de uma cartilha contendo informações sobre a Política de Assistência Social, PBF e CRAS, com o objetivo de reforçar e fixar as informações discutidas durante o acompanhamento do grupo.

Atualmente 14 (quatorze) beneficiárias estão frequentando o grupo de mulheres. Foi planejada a realização de 09 (nove) encontros com o grupo, mas devido ao encerramento das atividades no CRAS do centro no dia 16 de Dezembro de 2014 não foi possível realizar todas as intervenções planejadas.

No entanto, durante esse percurso foi possível identificar muitas possibilidades de intervenção, bem como a necessidade de esclarecer as usuárias acerca do trabalho do profissional do Serviço Social, suas atribuições e ações pertencentes à categoria, pois nota-se que a relação entre o profissional do Serviço Social e os beneficiários do PBF é uma relação de professor e aluno, ou seja, a Profissional de Serviço Social é chamada pelas usuárias de professora. Nesse contexto, é necessário esclarecer o trabalho do profissional e reestabelecer outra relação com os usuários, deixando claro aos beneficiários sua real significância e função na instituição para que os usuários percebam a diferença das ações do profissional do Serviço Social e do Educador.

Durante o acompanhamento e as observações foi possível perceber que as usuárias foram muito participativas, visto que no decorrer dos encontros as atividades desenvolvidas estimulavam o acompanhamento, participação, entrosamento, conhecimento, ampliação de informações, fortalecimento de vínculos comunitários entre outros.

Ao finalizar o acompanhamento, por meio das intervenções e experiências adquiridas no percurso do Estágio Supervisionado I e II foi possível identificar a necessidade de ultrapassar os limites impostos pela Política e Programas socioassistenciais verticalizados, ou seja, de um processo de trabalho que somente reproduza e operacionalize ações e serviços institucionais. Neste sentido, a partir dos dados e reflexões trazidas nesse trabalho estima-se que o mesmo possa contribuir para o desenvolvimento do Programa Bolsa Família e seus beneficiários, de modo particular, na cidade de São Borja-RS e também colaborar com os profissionais do Serviço Social.

Buscou-se ainda apresentar diante da realidade apresentada, a necessidade e a possibilidade de construir ações mais eficazes no que diz respeito à outra forma de realizar o acompanhamento dos beneficiários do Programa. Uma forma que perpassa o acompanhamento das condicionalidades do PBF e, conseqüentemente, venha a contribuir para os processos de emancipação, autonomia dos usuários e com a justiça social.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento desse estudo e o percurso do Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II, as leituras realizadas, as bibliografias, bem como os documentos de estágio, artigos e livros foram fundamentais para a construção do Trabalho Final de Graduação, pois possibilitaram um maior amadurecimento da formação, devido às reflexões, leituras e aprendizados foi o que instigaram a descobrir mais sobre a temática.

O Estudo detalhado do referencial teórico, as observações constantes e as experiências adquiridas durante o processo foram essenciais para a compreensão dos Programas de Transferência de Renda, em especial o Programa Bolsa Família e o Processo de Trabalho do profissional do Serviço Social na condução dos programas socioassistenciais.

Atualmente a atuação do profissional do Serviço Social é permeada de desafios no campo da intervenção profissional, bem como na Política de Assistência Social. Mas é importante pontuar que o profissional poderá trabalhar na perspectiva de realizar o seu trabalho através de ações que ultrapassem os limites impostos pelos Programas e Políticas focalizadas e verticalizadas.

Neste caso, percebe-se a necessidade de ações mais eficazes no que diz respeito à outra forma de realizar o acompanhamento dos beneficiários do Programa, ou seja, uma ação que perpassasse o acompanhamento das condicionalidades do mesmo, para que o profissional não caia na armadilha de somente reproduzir e operacionalizar.

Foi possível identificar que as atividades disponibilizadas aos beneficiários do PBF apresentam-se limitadas, uma vez que não há um acompanhamento concentrado nas famílias do Programa que venham colaborar com a emancipação, politização, ampliação das informações, acesso aos Direitos Sociais, as Políticas de saúde, educação, aos programas sociais, Benefícios Eventuais e a autonomia do sujeito. Em consequência disso muitas famílias acabam não acessando seus direitos e se encontram em debilidade, desprovidas e vulneráveis por não estarem sendo acompanhadas suas demandas e as dificuldades presentes em seu cotidiano.

É importante salientar a relevância do profissional do Serviço Social articular o Projeto Ético Político e o Código de Ética profissional, juntamente com o domínio das competências, bem como a Ético-política, Teórico-metodológica e Técnico-operativa,

pois são esses instrumentos que dão subsídios e visibilidade às ações profissionais, possibilitando que o profissional vença com os desafios apresentados no cotidiano de seu campo de atuação.

Percebe-se que o desafio é o de redescobrir possibilidades e alternativas para o fazer profissional no cenário atual que oportunize respostas profissionais frente à Questão Social, que possibilite a sociedade e aos usuários o reconhecimento das ações do Serviço Social, não apenas no sentido de ter uma utilidade, mas por ter um significado e uma importância social.

Neste caso, o planejamento no processo de intervenção do profissional é indispensável, pois evita que o mesmo caia na rotina de apenas operacionalizar e executar, correndo o risco de desqualificar a intervenção profissional e os serviços prestados aos usuários. Além disso, é possível identificar o alto nível de rotatividade de profissionais, o que impossibilita muitas vezes que o profissional dê continuidade ao seu trabalho, bem como a visita domiciliar, entrevista e um acompanhamento de qualidade.

O momento presente desafia os profissionais do Serviço Social além daquilo que não está posto aos olhos. Instiga-lhes que sejam propositivos, criativos e que através de uma postura crítica assumam a defesa dos direitos humanos, a emancipação, os direitos sociais e a justiça social como foco do seu trabalho.

Também, buscou-se apresentar uma pequena discussão a cerca de elementos que evidenciam a necessidade de um novo olhar, sobre a forma como vem sendo operacionalizado o acompanhamento das famílias beneficiárias do programa bolsa família, por meio dos resultados obtidos no projeto de Intervenção realizado durante o Estágio Supervisionado II.

Assim o trabalho realizado com as famílias acompanhadas pelo projeto de intervenção mostraram como o atual modo de acompanhamento, na perspectiva da fiscalização, não tem oportunizado o contato real com as necessidades inerentes os sujeitos que vivenciam a Questão Social. Por tanto, um novo foco na perspectiva do acompanhamento dos usuários, poderá sim contribuir com a emancipação dessas famílias, no momento em que reconhece suas necessidades mais imediatas, e intervém no momento certo.

## 7 REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os modos de ser da informalidade: Rumo a uma nova era de precarização estrutural do trabalho?** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011.

ALBERNAZ, Ana Cristina et al **Assistente Social:um profissional a serviço dos direitos, da cidadania e da justiça social**, 2009.

SILVA, Maria et al **Avaliando o Bolsa Família: Unificação, focalização e impactos**, São Paulo: Cortez, 2010.

BOSCHETTI, Ivanette **Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação**, 2009.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_.**Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Biênio 2011/2012.

\_\_\_\_\_.**CEFESS: Parâmetros para a atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social**, Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_.**CEFESS: Lei de Regulamentação da Profissão**,Lei Nº 8.662, de 7 de Junho de 1993.

\_\_\_\_\_.**Código de Ética do Assistente Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. – 10ª Ed. rev.atual- Brasília, 2012.**

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. **Histórico da Política de Assistência Social**. Agosto de 2000. Disponível em: <<http://www.mpgp.mp.br>> Acesso em: 18 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome:** Brasília, 2010: Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Assistência Social- PNAS.** Brasília: MDS, 2004. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em 20jul. 2014.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social Brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira:** uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. Berenice Rojas... [et al.]. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil:** uma realidade em movimento. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

COBO, Barbara. **Políticas focalizadas de transferência de renda:** contextos e desafios. São Paulo: Cortez, 2012.

ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. **O que é Serviço Social.** São Paulo: Brasiliense, 2006. Coleção Primeiros Passos, 111.

GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. **Representações e Práticas:** identidade e processo de trabalho no serviço social. 2. ed. revista: São Paulo: Veras, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

\_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho na formação profissional. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KONDER, Leandro. **O que é Dialética.** 25. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LIMA, Antônia... [et.al]; **O Bolsa Família no enfrentamento á pobreza no Maranhão e Piauí.** São Paulo: Cortez, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade & LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação.** 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MENDES, Jussara Maria Rosa... [et al.]. **O Sistema único de Assistência Social: as contribuições à fundamentação e os desafios à implantação.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

MONNERAT, Gisele Lavinias... [et al.]. **Do direito incondicional à condicionalidade: as contrapartidas do Programa Bolsa Família.** Ciênc. saúde coletiva vol.12 nº.6. Rio de Janeiro: Nov/Dez 2007.

MESQUITA, Camile Sabb. **Contradições do processo de implementação de políticas públicas: Uma análise do Programa Bolsa Família 2003-2006.** Revista do Serviço Público, Brasília, 2006.

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade,** Vozes, Petrópolis-RJ, 2009.

PRATES, Jane Cruz. **Possibilidades de Mediação entre a Teoria Marxiana e o Trabalho do Assistente Social.** Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2003.

SHONS, Selma Maria. **Assistência Social entre a ordem e a des-ordem: mistificação dos direitos e da cidadania.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SOUZA, Toniolo Charles. **A prática do Assistente Social: Conhecimento, Instrumentalidade e Intervenção profissional.** Rio de janeiro: Grande Rio: 2006.

SPEROTTO, Neila. **Instrumentalidade do Serviço Social/ Neila Sperotto.** Porto Alegre: Imprensa Livre, 2009.

SPOSATI, Alzira de Oliveira. **A assistência da trajetória das políticas sociais brasileiras: Uma questão em análise.** São Paulo: 11. ed. Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **A menina LOAS: um processo de construção da assistência social.** São Paulo: Cortez, 2011.

TORRES, Mabel Mascarenhas. **As múltiplas dimensões presentes no exercício profissional do assistente social: intervenção e o trabalho sócio-educativo.** Londrina, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. **Os Programas Sociais sob a ótica dos direitos humanos: O caso do Bolsa Família do Governo Federal,** 2006.

YASBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e assistência social- 5 ed.-São Paulo: Cortez, 2006.**

\_\_\_\_\_. **Classes Subalternas e assistência social- 7 ed.-São Paulo: Cortez, 2009.**

SANTIAGO, Emerson. **Distribuição de Renda.**  
<http://www.infoescola.com/economia/distribuicao-de-renda>. Acesso em 13 de Janeiro de 2015.

## 8 APÊNDICES

**APÊNDICE A – A: Ímã de geladeira aplicado como dinâmica para a obtenção de melhor compreensão dos usuários, acerca da Rede de Proteção da qual fazem parte e das Políticas Sociais.**



**APÊNDICE B**



**QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA COM USUÁRIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**SEXO:**

**IDADE:**

**GRAU DE ESCOLARIDADE:**

1) O que é Assistência Social ?

---

---

---

---

---

2) O que a Assistência Social representa para você?

---

---

---

---

---

3) Quem são as pessoas que poderão utilizar a Assistência Social?

---

---

---

---

---

4) A Assistência Social é ?

Direito

Ajuda

5) o que você acha do atendimento da Assistência Social?

---

---

---

---

---

6) O que mudou com o Programa Bolsa Família ?

---

---

---

---

---

**APÊNDICE C**



**QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA COM USUÁRIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

**SEXO:**

**IDADE:**

**PROFISSÃO:**

1) Você sabe qual é o objetivo do Programa Bolsa Família?

---

---

---

---

---

2) Você sente a necessidade de mais atenção do profissional Assistente Social para os beneficiários do Programa Bolsa Família ?

---

---

---

---

---

3) Que tipo acompanhamento você gostaria de receber do Assistente Social ?

---

---

---

---

---

6) O que mudou com o Programa Bolsa Família ?

---

---

---

---

---

**APÊNDICE D: Cartilha de Informação sobre a Política de Assistência Social, Programa Bolsa Família e Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).**



## APÊNDICE E: FALA DOS SUJEITOS

### Informações sobre a Assistência Social e o Programa Bolsa Família

PERGUNTA	ENTREVISTADO	RESPOSTAS 1)	OBSERVAÇÕES Formas evidenciadas:	ANÁLISE	CATEGORIAS TEÓRICAS	CATEGORIAS IMPIRICAS
<p>1.O que é Assistência Social?</p> <p>2.O que a Assistência representa para você?</p> <p>3.Quem são as pessoas que poderão utilizar a Assistência Social?</p> <p>4.A Assistência Social é um direito ou é uma ajuda?</p> <p>5. O que você acha o atendimento da Assistência Social?</p> <p>6. O que mudou com o Programa Bolsa Família?</p> <p>7) você sabe qual é o objetivo do Programa Bolsa Família?</p> <p>8) Você sente necessidade de mais atenção do profissional Assistente Social para os</p>	14 mulheres	<p>* Apoio, *ajuda, *centro de atendimento de recursos *cesta básica, *programa de ajuda, *acolhimento pra pessoas necessitadas, *centro de assistência para pessoas carentes.</p> <p>2) É muito importante para mim. # Me ajuda muito, me dando a cesta básica. # É tudo na minha vida #Ensinos bons para as famílias e filhos. # Um Programa bom e importante. #Ajuda comunitária # Recebo ajuda quando necessito. #Oportunidade para participar dos grupos. # Participo do grupo de mulheres e recebo o Programa Bolsa Família. #Recebo o Programa Bolsa Família e sou bem tratada #Recebo o essencial para minha família e</p>	<p># Ajuda</p> <p>#Necessidade das pessoas carentes. Obeserva-se que 12 usuárias possuem o ensino fundamental incompleto (series iniciais) e apenas duas possuem o ensino médio completo,</p> <p># Assistente Social é boazinha, nos recebe sempre com o sorriso nos lábios.</p> <p># Baixa Escolaridade</p> <p># Desemprego</p>	<p># Percebe-se que os usuários não reconhecem a Assistência Social como um direito, mas como uma ajuda.</p> <p>#Faço artesanato, lanche, Posso espalhar e conversar.</p> <p>#Não preciso jantar em casa.</p> <p>#Para aprender.</p> <p># O Programa Bolsa Família terminou com a miséria.</p> <p># A Assistência Social é tudo na minha vida.</p>	<p>Assistência Social</p> <p>Bolsa Família</p> <p>Processo de Trabalho do Assistente social</p>	<p>Ajuda Apoio Cesta Básica Carentes Baixa Renda Recurso</p>

<p><b>beneficiários do Programa Bolsa Família?</b></p> <p><b>9) Que tipo acompanham ento você gostaria de receber do Assistente Social ?</b></p>		<p>participo dos grupos. # É um recurso para mim.</p> <p><b>3) Ricos e pobres</b> # Pessoas cadastradas no Bolsa Família e dos grupos do Cras. #As pessoas que trabalham na Assistência social. #Todas as pessoas que precisam #Pessoas de baixa renda. #Pessoas que necessitam de ajuda #Pessoas que precisam de auxilio comunitário #Pessoas carentes</p> <p><b>4) Dez</b> responderam que é uma ajuda Uma delas não respondeu. E três responderam que é um direito.</p> <p><b>5) me sinto bem, faço artesanato</b> # Sou bem recebida #sou bem atendida # é ótimo o atendimento # Bom, não precisa jantar em casa, vou jantada, o lanche é muito bom. # Muito bom, continue assim # me dão</p>				
--	--	---	--	--	--	--

		<p>atenção, me explicam o que preciso.  <b>#</b> participo do grupo, me distraio e converso.</p> <p><b>6)</b> ganho pouco, trabalho com reciclagem e o bolsa família me ajuda, Melhorou um pouco minhas condições.  <b>#</b>Administro melhor meu lar , pago as contas de água, luz, compro alimentos saudáveis para os meus filhos, como fruta e legumes e também compro calçados e roupas.  <b>#</b> Compro material escolar e móveis para minha casa.  <b>#</b>Muitas pessoas que não compravam, agora podem comprar.  <b>#</b>Mudou para melhor.  <b>#</b> ajuda meus filhos comprarem tênis, roupa e comida quando dá.  <b>#</b>Melhorou as famílias conseguem comprar mais alimento e material escolar.  <b>#</b>Mudou a vida de todos que recebem o Programa Bolsa Família.</p>				
--	--	--	--	--	--	--

		<p># oportunidade para aprender melhor.  #terminou com a necessidade das pessoas carentes.  # O programa Bolsa família representa oportunidade, podemos comprar e fazer cursos.  #com o Bolsa Família terminou a miséria.  # é pouco, mas ajuda.</p> <p><b>7)</b> Ajuda que o Governo oferece as pessoas pobres;  #O objetivo do Programa é ajudar as pessoas necessitadas.  # Uma ajuda para os pobres não passar miséria;  #Ajudar o pobre sair da necessidade.</p> <p><b>8)</b> Sim, porque nunca recebi visita em minha casa;  # Precisamos de mais informações sobre os Programas do Governo e como acessar.  # Temos duvidas e não temos muito conhecimento sobre os nossos direitos;</p> <p><b>9)</b> Gostaria de receber mais acompanhamento e ganhar mais cesta</p>				
--	--	--	--	--	--	--

		<p>básica; # Preciso de mais assistência, sou doente, preciso de ajuda da Assistente Social para encaminhar o auxílio doença; # Quero acompanhamento para que continue ganhando a Cesta Básica e o Programa Bolsa Família; # Preciso de mais acompanhamento do profissional na Saúde, na Educação e na Família.</p>				
--	--	---	--	--	--	--